

Abastecer

Brasil

Abril 2010 | nº1 | www.abracen.org.br | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Promessa de

NOVOS RUMOS



PROPOSTA DE LEI
ESPECÍFICA PARA AS
CEASAS ABRE
PERSPECTIVAS PARA
REVITALIZAÇÃO DO SETOR

CONTRA O DESPERDÍCIO

POR QUE AS CEASAS SÃO
ESTRATÉGICAS PARA
IMPLANTAÇÃO DOS
BANCOS DE ALIMENTOS

EMBALAGENS

OS DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO
DOS BANCOS DE CAIXAS PLÁSTICAS

PRODUÇÃO INTEGRADA

PRODUTOS COM RASTREABILIDADE
BUSCAM CONQUISTAR MERCADO INTERNO



**Qualidade para o
consumidor, benefícios
para os comerciantes
e valorização dos
produtores:**

é isso que se comemora
nos 35 anos da CeasaMinas.

**CEASA
MINAS**
MAIS PERTO DO QUE VOCÊ IMAGINA.





CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento



Ligando você ao produtor.

35
ANOS
AO SEU LADO

EXPEDIENTE



PRESIDENTE DA ABRACEN	João Alberto Paixão Lages (CeasaMinas)
2° VICE-PRESIDENTE	Domingos Pinheiro Mendes (Ceasa-MA)
DIRETOR NORTE/NORDESTE	Romero Pontual (Ceasa-PE)
DIRETOR SUDESTE/CENTRO-OESTE	Edvaldo Cardoso de Paula (Ceasa-GO)
VICE-DIRETOR SUDESTE/CENTRO-OESTE	Ernesto Martins P. Corte Real Neto (Ceasa-RJ)
DIRETOR-SUL	Antônio Comparsi de Mello (Ceasa-PR)
VICE-DIRETOR-SUL	Nestor Pistorello (Ceasa - Caxias do Sul)
SECRETÁRIO-EXECUTIVO	José Amaro
CONSELHO FISCAL TITULAR	Marco Aurélio Cazé (Ceasa Caruaru - Ceaca)
CONSELHO FISCAL SUPLENTE	Petrônio José Lima Nogueira (Ceasa Paulo Afonso) José Marcos Velascos (Ceasa Campinas) Euclides Valdomiro Marchi (Ceasa Santo André - Craisa)
JORNALISTA RESPONSÁVEL	Verlan Andrade Homem (MG 07 540 JP)
COLABORADOR	Alessandro Conegundes (MG 11.155 JP)
ESTAGIÁRIAS	Ana Flávia Castro Neves Cinthia Lopes

ABRACEN

SGAS quadra 901, bloco A, lote 69 • Ed. Conab • Sala 101/B • Brasília • DF • CEP: 70.390.010

Tel.: 61 3312 6237 • comunicacao@abracen.org.br

Entidade filiada à Federação Latino-americana de Mercados de Abastecimento (Flama) e à União Mundial de Mercados Atacadistas (WUWM)



DIRETOR EXECUTIVO	Frederico Bicalho
DIRETOR EDITORIAL	Christiano Bicalho
DIRETOR DE ARTE	Lucas Godoi
DESIGNERS	André Rolla / Mariano Vale
PRODUÇÃO	Débora Silvério
REVISÃO	P. S. Lozar
PERIODICIDADE	Trimestral
FOTOLITO E IMPRESSÃO	Rona Editora
DISTRIBUIÇÃO	Nacional
TIRAGEM	15000 unidades
ATENDIMENTO AO LEITOR	atendimento@ad2editora.com.br

A Revista Abastecer Brasil não se responsabiliza pelo conteúdo dos anúncios e artigos assinados. As pessoas que não constam no expediente não têm autorização para falar em nome da Revista Abastecer Brasil ou de retirar qualquer tipo de material se não tiverem em seu poder autorização formal do diretor executivo constante do expediente.

A Revista Abastecer Brasil é uma publicação da
AD2 Editora Ltda

Rua Ludgero Dolabela, 1021, 8º andar • Gutierrez • Belo Horizonte • MG
CEP: 30430-130 • Telefax: (31) 3299 - 5500 • Departamento Comercial: (31) 3347-4774
www.ad2editora.com.br

Repensando as CEASAS



“ TEMOS UMA DEMANDA DE CONSUMIDORES QUE PRECISAM SER MELHOR OUVIDOS E ATENDIDOS, COM OFERTA DE PRODUTOS SEGUROS, SAUDÁVEIS, PRÁTICOS E A PREÇOS JUSTOS. ”

No fim da década de 50, no Nordeste brasileiro, alguns especialistas visionários, a exemplo do célebre pensador Josué de Castro, Lindalvo Farias, e mais posteriormente, o economista Celso Furtado, enxergaram a necessidade de reestruturar o abastecimento interno do país. Para solucionar a questão recorreram a estudos já em andamento e buscaram ainda o apoio de técnicos franceses que apontaram os problemas e as alternativas para o setor. Estava, a partir de então, plantada a ideia da Ceasa.

Desde o surgimento dos primeiros entrepostos, na década de 60, em São Paulo e no Recife, o sistema de Ceasas experimentou momentos de grande expansão, mas também de estagnação que se refletem nos grandes desafios enfrentados hoje. Na fase de maior expansão no início da década de 70, o governo federal detinha participação acionária nas Ceasas do chamado Sistema Nacional de Abastecimento (Sinac). A participação do governo federal representava a garantia de uma coordenação central, marcada por diretrizes gerais que orientavam os caminhos a serem seguidos por cada entreposto.

Esse sistema foi desmontado em meados da década de 1980. Com isso, a União passou a responsabilidade para as mãos dos governos estaduais e municipais, gerando falta de coordenação das políticas de abastecimento. Enquanto algumas Ceasas conseguiram desenvolver ações bem-sucedidas nas áreas de combate ao desperdício e tecnologia para informações de mercado, por exemplo, outras centrais passaram por um processo de obsolescência preocupante. Esse é o cenário que temos hoje.

Nesse contexto, são colocados diversos e complexos desafios, os quais procuraremos tratar mais profundamente com a criação desta Revista Abastecer Brasil, publicação que representa um verdadeiro marco não somente para a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen) como para toda a cadeia agroalimentar.

Nesta *Revista* também serão tratadas as grandes oportunidades para o setor. Afinal, vivemos a época da valorização de hábitos saudáveis, e a receita para alcançarmos essa qualidade de vida passa necessariamente pelo consumo regular de frutas e hortaliças. Temos, portanto, uma demanda de consumidores que precisam ser melhor ouvidos e atendidos, com oferta de produtos seguros, saudáveis, práticos e a preços justos.

Está colocado, portanto, o caminho para alcançarmos a tão almejada modernização do setor. Trata-se de trilha com trechos tortuosos, mas que certamente nos conduzirá a um verdadeiro salto de qualidade, capaz de beneficiar produtores, atacadistas, varejistas, consumidores e todos os demais trabalhadores que fazem o dia a dia do abastecimento.

João Alberto Paixão Lages
PRESIDENTE DA ABRACEN

EVENTOS

2010



CIÊNCIA PARA A VIDA

Data: 24/04 a 02/05

Local: Brasília/DF



17º AGRISHOW – FEIRA DA TECNOLOGIA AGRÍCOLA EM AÇÃO

Data: 26/04 a 30/04

Local: Ribeirão Preto/SP



10ª EDIÇÃO AGROTINS

Data: 04/05 a 08/05

Local: Centro Agrotecnológico de Tocantins - Palmas/TO



AGROBRASILIA

Data: 11/05 a 15/05

Local: Brasília/DF



BIO BRAZIL FAIR

Data: 20/05 a 23/05

Local: São Paulo/SP



PEC NORDESTE

Data: 14/06 a 17/06

Local: Fortaleza/CE



FRUTAL AMAZÔNIA

Data: 25/06 a 28/06

Local: Belém/PA



TECNOSHOW COMIGO

Data: 13/04 a 17/04

Local: Centro Tecnológico da Comigo – Rio Verde/GO



ANIVERSÁRIO DA EMBRAPA

Data: 26/04

Local: Sede da Embrapa – Brasília/DF



FRESH CONGRESS

Data: 13/04 a 15/04

Local: São Petersburgo – Rússia



WUWM CONFERENCE

Data: 20/04 a 23/04

Local: Palma de Mallorca – Espanha



GLOBAL BERRY CONGRESS

Data: 12/05

Local: Londres – Inglaterra

Informações dos eventos no sites da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) www.embrapa.br; do Mapa (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) www.agricultura.gov.br ou pelos telefones (61) 3448 4832 / 3218-2797 / 3224-9464 e da WUWM (World Union of Wholesale Markets) www.wuwm.org

SUMÁRIO

entrevistas

- José Gerardo Fontelles* Vislumbra nova política para o setor hortigranjeiro • 12
Virgílio Villefort “É preciso segurança jurídica para crescer” • 14
Rogério Colombini O papel da Conab para as Ceasas • 18
José Edilberto Ribamar Abastecer Brasil ouve o novo presidente da Ceapi • 20
Giuseppe Bambini Uma visão latino-americana do abastecimento • 22



matérias

- Produção Integrada* Por que PI ainda não emplacou entre os consumidores brasileiros? • 08
Convênio com o Mercado de Rungis Uma velha parceria com os franceses • 24
Ceagesp Comemoração do recorde de comercialização em 21 anos • 28
Alternativas de Comercialização Revelações de um mercado ainda pouco explorado • 32
Embalagens Plásticas Produtos com menos perdas e maior garantia contra contaminação • 36
Banco de Alimentos Por que as centrais de abastecimento são locais estratégicos • 40
Capa A nova bússola para guiar as Ceasas • 46
Frente Parlamentar Uma nova aliada no Congresso Nacional • 52
Prohort Desafio de modernizar os entrepostos • 54
Novas Ceasas Maior movimento de criação de Ceasas desde a década de 70 • 58
Metas do Ceasa-PE Previsão de R\$ 12 milhões para revitalizar entreposto • 62
Instituto CeasaMinas Nova estratégia para potencializar os programas sociais • 66



artigos

- Carmo Robillota*: Momento para avançar! • 57
Gustavo Almeida e Altivo A. Cunha: Almeria, a horta da Europa • 69
Ivens Mourão: quanto custa implantar um novo sistema nacional de Ceasas? • 70





PRODUÇÃO INTEGRADA

DE OLHO NO MERCADO INTERNO

A PRODUÇÃO INTEGRADA (PI) GARANTE PRODUTOS MAIS SAUDÁVEIS, COM MENOS AGROTÓXICOS E MAIOR DURABILIDADE, MAS AINDA NÃO DECOLOU ENTRE OS CONSUMIDORES BRASILEIROS

POR VERLAN ANDRADE

Imagine chegar ao sacolão ou supermercado e poder comprar um produto que ofereça garantia de origem e de ter cumprido, desde o campo, todas as normas de qualidade na colheita, no uso adequado de agrotóxicos, embalagem, transporte, beneficiamento, armazenagem e exposição na gôndola. Parece utopia, mas o conceito por trás disso tem um nome: Produção Integrada, ou simplesmente, PI.

Realidade em países da Europa, a PI no Brasil vem ganhando espaço aos poucos, mais precisamente no segmento de frutas, com foco no mercado externo. O país já possui normas técnicas específicas (NTEs) para orientar a implantação de PI em 19 produtos. O grande desafio para os agentes do mercado é tirar as NTEs do papel, e colocar produtos certificados na mesa do consumidor brasileiro.

A PI procura orientar os segmentos da cadeia produtiva na busca por um produto mais seguro, com garantia de origem (rastreadibilidade) e competitivo. Isso significa ofertar alimentos que passaram, por exemplo, por um monitoramento quanto ao uso adequado de agrotóxicos, de fertilizantes e da água, reduzindo os riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no polo de fruticultura do Vale do Rio São Francisco 36% da área total cultivada com videiras e 35% da área total de produção de manga estão sob regime PIF. No caso da maçã, 60% da área total cultivada está sob o

regime de Produção Integrada. Segundo o Mapa, a redução no uso de fungicidas da maçã foi de 95% entre a produção convencional em 1999 e a PI no ano de 2002.

DESAFIO

A adoção da PI no Brasil foi impulsionada pelas exigências dos consumidores e varejistas europeus em adquirirem alimentos saudáveis e ausentes de resíduos, com controle de qualidade desde a aquisição de insumos até destinação ao público.

Mas o mercado brasileiro de frutas, legumes e verduras (FLVs) está preparado para a Produção Integrada? Se de um lado o sistema exige organização dos produtores rurais, do outro é necessário que os compradores, tanto os atacadistas e varejistas como os consumidores finais, passem a enxergar a PI como um diferencial de qualidade.

“Muitos produtores não se sentem estimulados a adotar a PI por não perceberem a demanda”, explica George Simon, do setor de Produção Integrada do Mapa. Por isso, o Ministério planeja realizar em 2010 cinco seminários regionalizados sobre o tema, reunindo produtores, atacadistas, varejistas e consumidores.

O próprio Mapa coloca como prioridade neste ano intensificar a difusão dos produtos da PI e dos seus benefícios para os consumidores, priorizando tanto o mercado externo como o interno.

COMO FUNCIONA A PI

Os passos a serem cumpridos para inclusão na PI estão detalhados nas NTEs. Com base nessas regras são implantadas as chamadas Boas Práticas Agrícolas que servem de referencial para a adequação das propriedades candidatas ao sistema de certificação oficial em Produção Integrada.

A certificação é emitida, mediante um selo, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A adesão à PI é voluntária. A partir da definição de normas técnicas, produtores registram todos os procedimentos em cartilhas de campo e de pós-colheita. Segundo o site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF) aprovou e publicou NTEs

em 19 culturas (abacaxi, banana, caju, caqui, coco, figo, goiaba, laranja, lima ácida tahiti, lima da pérsia, maçã, mamão, manga, maracujá, melão, morango, pêssego, tangerina *murcot* e uva). Isso permite aos produtores dessas culturas aderirem voluntariamente ao sistema. Ainda neste ano deverá ser aprovada a NTE da batata.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), alguns resultados comprovados da PIF são o aumento da produtividade, redução no consumo de água e energia, redução do uso de agrotóxicos e melhoria do meio ambiente, da saúde do trabalhador rural e do consumidor final.





Campanha de promoção de frutas de Produção Integrada (PI) da marca Selecta Brasil, em supermercado de Salvador (BA)

SELECTA BRASIL PODE VIRAR MARCA NACIONAL DE PI

Pesquisa mostra: 97% dos consumidores estão dispostos a pagar mais pelo produto mais seguro e saudável da Selecta Brasil

Uma das principais experiências de promoção mercadológica voltada ao consumidor de PI envolveu a Associação Baiana de Supermercados (Abase) e produtores certificados da Bahia e Pernambuco, sob a coordenação do Mapa e da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, de Cruz das Almas (BA). Segundo explica o coordenador geral do programa, José Eduardo Borges de Carvalho, da Embrapa, o trabalho de marketing teve início com um café da manhã na Abase para sensibilização dos produtores certificados, supermercadistas e atacadistas para participarem da campanha de promoção. Em um segundo momento, os parceiros participaram na Feira e Convenção Baiana de Supermercados, Atacados e Distribuidores de 2008 (Superbahia 2008), quando foi lançada para os consumidores a marca fantasia Selecta Brasil. Em abril de 2009, a campanha foi iniciada no supermercado Hiperideal em Salvador (BA), com a venda das frutas de PI Selecta Brasil.

Em setembro, foi a vez de outra rede de varejo, a Perini Master, entrar na campanha. A marca Selecta Brasil passou a ser usada nos pontos de venda dos supermercados, destacando o conceito de frutas “especialmente selecionadas.”

Pesquisa com consumidor

Uma pesquisa realizada em junho de 2009 no varejo revelou que as principais qualidades apontadas pelos 710 consumidores nas frutas Selecta Brasil foram o baixo índice de agrotóxicos, a produção com respeito ao meio ambiente, a segurança contra riscos à saúde, a garantia de origem e do Mapa/Inmetro e o padrão superior dos frutos.

No mesmo levantamento, 97% dos consumidores responderam que pagariam mais pelo mamão Selecta Brasil, considerado mais seguro e saudável. Segundo a pesquisa, o atributo

“Aparência” foi tido como o mais importante para 73,1% dos consumidores ao adquirirem o mamão Selecta Brasil. Para 61,6%, o “Sabor” foi o atributo mais importante. Para apenas 1,2% dos entrevistados, o preço foi o fator mais importante.

Segundo Carvalho, da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, um dos desafios do projeto, além de aumentar a demanda, é agregar novos produtores certificados que apostem na expansão do mercado consumidor de produtos naturais de alta qualidade.

“Apesar das vantagens da PI, seu conceito é desconhecido pelo varejo e consumidores finais, implicando baixa demanda de mercado e, conseqüentemente, baixo índice de adesão e certificação pelos produtores por não vislumbrarem vantagens econômicas para implementar as mudanças tecnológicas na propriedade, requeridas pela produção integrada,” explica Carvalho.

Para estimular a adesão de produtores à PI, foi criada a Associação Brasileira da Produção Sustentável Certificada. Segundo Carvalho, a intenção é possibilitar o uso da marca Selecta Brasil por todos os produtores certificados do país que demonstrarem interesse.

“Como a Embrapa e o Mapa teriam dificuldade em passar para a iniciativa privada essa marca no INPI, solicitamos do produtor Roberto Shibata que fizesse o registro para garantir o direito sobre ela para que depois seja passada para a Associação e uso gratuito pelos produtores certificados e sócios” explica Carvalho. No momento, a Associação tem mantido contato com produtores rurais coordenadores de PI para aderirem à entidade. “Por enquanto não temos produtores associados por causa da baixa demanda, pela sociedade, dessas frutas certificadas no mercado nacional”, afirma Carvalho.

Está em estudo uma nova parceria com o Inmetro para divulgar os conceitos de Produção Integrada e Orgânica junto à opinião pública por meio da TV em rede nacional, a partir do segundo semestre deste ano.

RASTREABILIDADE A UM CLIQUE

SELO QUE IDENTIFICA ORIGEM DO MORANGO NO ES
DEVE PERMITIR ACESSO ATÉ À FOTO DO PRODUTOR
POR MEIO DA INTERNET

Uma das maiores empresas de produção e comercialização de morangos do país, a capixaba Peterfrut pretende levar à prática, bem ao alcance do consumidor, o conceito de rastreabilidade. O cliente que adquirir o morango da Peterfrut poderá entrar no site da empresa e, digitando o número impresso no selo da fruta, acessar várias informações sobre o percurso do produto desde o campo.

O usuário saberá dados como o nome do produtor, tipos de agrotóxicos utilizados, o dia e a hora da colheita e o tempo de transporte, por exemplo. Até a foto do agricultor deverá ser disponibilizada. De acordo com o diretor-executivo da empresa e coordenador geral do projeto “O Morango Saudável do Brasil”, Rafael Vigueira Pinto, a previsão é de que o sistema passe a funcionar a partir de 1º de julho.

PRODUTORES PREMIUM

A Peterfrut conta com cerca de 950 pequenos produtores rurais que atuam em regime de parceria. Desse total, em torno de 10% são os chamados “produtores premium”, selecionados para aplicar no campo os procedimentos previstos nas Normas Técnicas Específicas (NTEs) do morango. “Uma vez por semana, um técnico da Peterfrut passa em cada propriedade para orientar os produtores”, explica o engenheiro agrônomo Daniel José Calvi, um dos três auditores da Produção Integrada de Morango (Pimo) da Peterfrut.

Atualmente, a empresa utiliza um selo próprio em que é impresso o código do produtor, entre outros dados. A busca é pela certificação através do selo oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em julho deste ano, a empresa começará a receber a visita dos certificadores, que fiscalizarão ini-

cialmente dez produtores. “Nossa meta é contar, dentro de 10 anos, com cerca de 30% a 40% de todos os produtores parceiros da Peterfrut certificados pelo Mapa”, ressalta Rafael Vigueira.

CAMPO

Segundo o agrônomo Calvi, para garantir obediência às NTEs, todos os passos são monitorados. “Os agrotóxicos, por exemplo, devem ser registrados e aplicados apenas no momento certo, quando é atingido o nível de dano econômico, respeitando-se também a carência (tempo mínimo entre a aplicação e a colheita)”.

O investimento para adaptar todo o processo foi em torno de R\$ 1 milhão, segundo Rafael Vigueira. O retorno financeiro tem se dado, por exemplo, na redução de até 70% no uso de agrotóxicos, na economia de água e energia, e na agregação de valor da fruta junto ao consumidor final.



Peterfrut/Divulgação

Produção de morangos pela Peterfrut, do Espírito Santo: meta da empresa é contar com cerca de 30% a 40% de todos os 950 produtores certificados pelo Mapa



Peterfrut/Divulgação

Morango com selo da Peterfrut



Mapa/Divulgação

EM PROL DE UMA POLÍTICA ESPECÍFICA PARA O SETOR

José Gerardo Fontelles, do Mapa: "É preciso racionalizar os processos de distribuição, em benefício da população, com maior oferta e qualidade dos produtos."

O secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Gerardo Fontelles, participou da implantação de algumas das primeiras Ceasas do país, quando atuava na antiga Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal). Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Ceará, ocupou diversos cargos nos ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Planejamento e da Fazenda, e na presidência da República. Nesta entrevista, Fontelles destaca a importância das centrais de abastecimento na comercialização pelos pequenos produtores e as perspectivas de criação do Plano Nacional de Abastecimento (Planhort), o qual, na visão dele, representará uma nova política específica para o setor.

1. *Muitos técnicos e dirigentes consideram que o momento atual é o mais importante para as Ceasas desde o desmonte do Sistema Nacional de Abastecimento (Sinac), em 1988. O sr. concorda?* Todo momento é adequado para se racionalizar o processo de distribuição de alimentos perecíveis e as Ceasas são o instrumento estratégico. A organização em sistemas em todo o país é uma ação das empresas e dos empresários.

2. *No passado, na época do Sinac, o governo atuou como acionista das Ceasas. Qual deve ser hoje o papel da União em relação aos entrepostos?* Não tem sentido neste momento o Estado intervir no processo de distribuição, como já fez no passado. A conjuntura era outra. A organização sistêmica do abastecimento é estratégica e cabe ao governo atuar para garantir fluidez ao processo sem a interferência do Estado. O Ministério da Agricultura cumpre o que é de sua competência.

3. *O sr. participou do processo do início da implantação das Ceasas no país, as quais surgiram para organizar o abastecimento, sobretudo para as cidades em fase de crescimento. O papel das Ceasas nos dias de hoje merece ser ampliado, para que possam servir a outras funções?* Não é possível agora avaliar se o papel das Ceasas deve ser ampliado. É preciso observar o andamento da lei que cria o Sistema Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros. Agora, só as centrais de abastecimento tentam

sistematizar suas ações no país inteiro, por isso não convém abordar tais funções.

4. *As parcerias público-privadas (PPPs) constituem um modelo viável para enfrentar os desafios ligados à infraestrutura deficiente, necessidade de expansão e reforma dos entrepostos em geral?* As centrais de abastecimento são empresas públicas do governo federal ou dos governos estaduais. Já existe uma relação entre empresários e os governos federal (caso de Minas Gerais e São Paulo) e os estaduais. A parceria depende da capacidade e das demandas de investimento para o funcionamento das empresas, mas nada impede que sejam firmadas. Essas empresas foram criadas pelo governo. Ele é o gestor, numa relação estreita com o empresariado.

5. *Como a atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças do Mapa tem auxiliado o desenvolvimento do setor de abastecimento?* Desde a sua implantação, em suas reuniões pela criação de grupos de trabalho, essa câmara tem contribuído na identificação, apoio, acompanhamento de ações e resolução das principais demandas do setor. Dos temas abordados destacam-se: a elaboração da Lei das Ceasas. Ela cria o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros (Planhort), uma importante ferramenta no segmento de produtos hortigranjeiros do país, para promover o desenvolvimento integrado da produção, comercialização e consumo de hortaliças, frutas, flores, plantas ornamentais e medicinais, produtos alimentícios naturais e perecíveis, além de

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA AUXILIA NA VERIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CLASSIFICAÇÕES DO PRODUTO, QUE ESTÃO NOS RÓTULOS DAS EMBALAGENS.

pescados. Essas culturas são produzidas, em sua maioria, por pequenos produtores rurais, responsáveis por abastecer mais de 70% das mesas dos brasileiros. As Ceasas são fundamentais para escoar grande parte desses produtos e é nessas centrais que eles ganham escala, obtêm preço mais justo, recebem classificação e são embalados, o que garante frescor e qualidade aos alimentos. Sem dúvida que uma lei específica para as Ceasas vai significar um marco para a cadeia nacional de abastecimento. O agricultor brasileiro passa a ter políticas específicas e adequadas a esse importante setor, voltadas para a gestão, sanidade de alimentos, rastreabilidade dos produtos, tratamento de resíduos e logística de distribuição.

6. *A mudança do padrão atual de embalagens para acondicionar frutas e hortaliças constitui hoje um dos principais desafios nas Ceasas. Alguns entrepostos já implantaram Bancos de Caixas Plásticas como alternativas, mas o problema ainda está longe de ser solucionado. Como o Mapa pode auxiliar esse processo de mudança?* O Ministério da Agricultura auxilia na verificação de informações sobre classificações do produto, que estão nos rótulos das embalagens, conforme determina a Instrução Normativa Conjunta Mapa/Anvisa/Inmetro nº 9/2004. Já o cumprimento dos aspectos higiênicos sanitários compete ao Ministério da Saúde e os assuntos relacionados à indicação quantitativa das embalagens são de responsabilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

7. *O Mapa possui estrutura suficiente para fiscalizar o cumprimento da Instrução Normativa Conjunta Sarc/Anvisa/Inmetro nº 009, de 12 de novembro de 2002, no que se refere à verificação das informações relativas à classificação do produto, constantes dos rótulos das embalagens?* O Ministério da Agricultura realiza fiscalização rotineiramente, ao verificar a qualidade dos produtos padronizados e as informações referentes à classificação constantes nos

rótulos das embalagens. Atualmente, são 68 produtos vegetais padronizados pelo Ministério da Agricultura.

8. *O senhor considera importante o investimento em campanhas públicas para estimular o consumo de frutas, legumes e verduras entre nós, a exemplo do que ocorre em outros países?* Mais importante do que financiar campanhas de consumo é racionalizar os processos de distribuição em benefício da população, com maior oferta e qualidade dos produtos. Hoje, as perdas ao longo do canal de comercialização chegam a 30%. A racionalização é possível porque o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, alcançando 45 milhões de toneladas, grande parte (80%) consumidas internamente. Esse é o papel mais importante do governo e é realizado por meio das centrais de abastecimento.

9. *A cadeia produtiva da maçã é considerada referência dentro do setor de frutas e hortaliças, em termos de classificação, rastreabilidade e embalagem. Como produtores e demais agentes ligados a outros produtos podem tirar proveito dessa experiência positiva do segmento da maçã?* Esse ciclo teve início em 1998. Desde então o setor de maçã avançou por meio de iniciativas que incluíram a cadeia produtiva, órgãos de pesquisa e o Ministério da Agricultura, que se uniram para introduzir tecnologias preconizadas pela Produção Integrada de Frutas (PIF). A partir dessa ação vieram os produtos agropecuários de qualidade e seguros, pelo emprego de métodos de monitoramento nas etapas da produção, análise de resíduos de agrotóxicos bem como a rastreabilidade do alimento nas fases do processo produtivo, o que possibilita certificação oficial chancelada pelo Mapa e pelo Inmetro. Esse setor foi pioneiro na organização da cadeia produtiva por adotar novas tecnologias. Entendo que o trabalho conjunto é fundamental e serve de exemplo para que outros setores alcancem o nível de referência conquistada pela cadeia produtiva da maçã. Hoje, 19 espécies frutíferas estão incluídas no PIF, como uva de mesa, banana, figo e goiaba, o que demonstra que outros setores têm se espelhado nos produtores de maçã.



Foto: Alessandro Congundes / CeasaMinas

Presidente da Brastece, Virgílio Villefort, acredita que a proposta de lei específica para o setor das Ceasas poderá criar as condições para novos investimentos

"SÓ COM SEGURANÇA JURÍDICA O SETOR VAI CRESCER"

O empresário Virgílio Villefort é presidente da Confederação Brasileira de Associações e Sindicatos de Comerciantes em Entrepósitos de Abastecimento (Brastece). A entidade foi uma das principais mobilizadoras no processo de discussão que culminou com o texto final do anteprojeto de lei específica do setor de abastecimento. Nesta entrevista, Villefort expõe suas expectativas quanto à aprovação da lei, cujas principais vantagens estão ligadas, segundo ele, a maior segurança contratual para os operadores de mercado. O empresário também destaca a importância do setor atacadista para o abastecimento, seja dos pequenos varejistas ou das grandes redes de supermercados.

1. Um dos fenômenos observados no setor de abastecimento é o aumento da participação dos grandes supermercados, que têm criado centrais de distribuição para realizar a compra direta e beneficiar produtos. Quais os impactos que esse fenômeno tem trazido para as empresas atacadistas instaladas nas Ceasas?

As redes de supermercados tinham loja dentro da CeasaMinas há alguns anos e foram saindo, principalmente porque os Contratos de Permissão de Uso não davam nenhum tipo de direito e nenhuma segurança para os permissionários. Desta forma, muitos supermercados preferiram montar depósitos fora do entreposto e comprar direto do produtor. O contrato com a CeasaMinas era praticamente unilateral, dando direitos apenas para a estatal, e isto contribuiu para a saída deles.

A vida toda houve supermercadista comprando direto do produtor. Esta compra direta aumentou porque eles saíram da Ceasa e se organizaram melhor. O impacto desta saída foi gradativo, mas contribuiu para que a CeasaMinas deixasse de crescer.

Agora, após fazermos um diagnóstico por todo o país de vários problemas que estão contribuindo para travar o crescimento do

setor agroalimentar, estamos propondo uma legislação nacional específica para as Centrais de Abastecimento. Várias redes de supermercados, pequenas e grandes, vão querer voltar, por questão de logística e de custo.

2. O setor atacadista tem de fato perdido espaço os supermercados? Não, porque não são concorrentes. Porém, quando muitos se estruturaram fora da Ceasa tende a aumentar a compra direta dos produtores.

3. Acredita-se que com a maior participação dos grandes supermercados na compra direta, o setor atacadista que atua nas Ceasas vai incrementar o foco no público formado pelo varejo de menor porte e outros estabelecimentos como restaurantes e cozinhas industriais.

O sr., acredita nessa tendência? Cada comerciante tem que

procurar o seu nicho de mercado, mas os atacadistas da Ceasa não devem esquecer das grandes redes, pois elas têm de comprar onde existe a oferta do produto que os clientes delas necessitam. O produtor não tem o produto da melhor classificação durante todos os meses do ano. No início da safra a classificação é excelente, mas tem

“O que os empresários precisam é de segurança para investir e de enxergar a luz no fim do túnel.”

“ OS ATACADISTAS NUNCA VÃO DEIXAR DE VENDER PARA AS GRANDES REDES, MAS ELES NECESSITAM DE MAIS SEGURANÇA PARA QUE POSSAM AMPLIAR O SEU NEGÓCIO, INVESTIR EM NOVAS TECNOLOGIAS E SE MODERNIZAR. ”

o meio e tem o final, que muitas vezes não atendem à necessidade do supermercado mais exigente. E, com isto, o atacadista passa a ser a melhor opção de compra para o supermercadista, porque o atacadista oferece a opção tanto do melhor produto, quanto das classificações inferiores. Inclusive o atacadista tem dinâmica e conhecimento suficientes para buscar o produto de qualidade em outras regiões e estados, ou até fora do país, nos casos de falta, para atender as redes de supermercados e atua também tirando os excedentes da produção de um estado para outro, contribuindo com os produtores regionais. Sem medo de errar, posso afirmar que os atacadistas nunca vão deixar de vender para as grandes redes, mas eles necessitam de maior segurança contratual nos entrepostos de abastecimento para que possam ampliar o seu negócio, investir em novas tecnologias e modernizar e, assim, despertar o interesse das grandes redes.

4. *A agregação de valor no setor de FLV (pelo beneficiamento do produto pré-embalados, desidratados, minimamente processados, etc.) tem sido uma demanda cada vez maior dos supermercadistas e uma alternativa para o atacado conquistar novos diferenciais. As empresas atacadistas de FLV estão se estruturando para oferecer aos compradores produtos já beneficiados?* Vários atacadistas estão se estruturando nesse sentido, a exemplo, aqui em Minas Gerais, da Benassi, Gravatá, Agropassos, Brixx, Experfrut e NL, que estão embalando produtos e vendendo para as grandes redes, que oferecem as duas opções ao consumidor: o produto embalado e também a granel. Há mercado para quem quer o produto barato e também para os mais exigentes que não querem perder tempo e nem manusear o produto e estão dispostos a pagar por este serviço.

5. *O que é necessário para que as Ceasas se tornem mais atraentes para as novas empresas?* É necessária uma lei específica para o setor. Uma lei nacional que contemple as especificidades das Ceasas, que permita as parcerias público-privadas, que dê uma diretriz tanto para os administradores quanto para os comerciantes e produtores. E esta lei já está sendo construída em conjunto pela Brastece, Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e Ministério da Agricultura.

O governo não precisa colocar dinheiro para melhorar as Ceasas, basta reinvestir o que é arrecadado nos próprios entrepostos, e criar a segurança contratual necessária para que os empresários e produtores tenham interesse em investir em obras, equipamentos, mão de obra e tecnologia, ampliar o seu comércio ou a sua produção. Só assim o setor vai crescer e se modernizar.

Aqui em Minas Gerais a segurança já melhorou muito após o Acordo Judicial Tarifário firmado em março de 2007, que permitiu a regularização dos contratos. Antes deste acordo não tínhamos direito nenhum. Além disto, um dos pontos positivos está sendo a atuação do atual presidente, João Alberto, que vem fazendo uma administração participativa, envolvendo as associações.

6. *De que modo foram reunidas no âmbito do setor empresarial, representado pela Brastece, as propostas para o projeto de lei específica para o setor das Ceasas?* Foram feitas reuniões itinerantes em todas as regiões brasileiras. Iniciamos este trabalho em julho de 2006 com o seminário O Futuro Incerto das Ceasas, quando constituímos a Brastece. Depois estivemos no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba, Recife, Fortaleza, Goiânia, Belém, Uberlândia,

Porto Alegre e Natal. Fomos recebidos também quatro vezes pelo Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e participamos ainda, em Brasília, de todas as reuniões da Comissão Conjunta designada pelo Ministério da Agricultura para redigir o texto da lei. As nossas reuniões itinerantes sempre foram abertas. Em cada região foram convidados os setores e órgãos públicos e privados envolvidos no abastecimento, comerciantes, produtores e usuários da Ceasa local. Também envolvemos desde o início a Abracen, que representa os dirigentes das Ceasas Brasileiras. A partir da reunião ocorrida em maio do ano passado em Porto Alegre, tivemos o engajamento do atual presidente da entidade, João Alberto, que passou a participar de todas as nossas reuniões.

7. O texto da proposta de lei que será apreciada no plenário do Congresso representa a solução definitiva para as pendências em relação à regularização dos contratos antigos dos lojistas das Ceasas? Sim. Esse texto resolve em definitivo os conflitos e cria as condições de segurança necessárias para uma evolução rápida das Ceasas de todo o país, sejam elas municipais, estaduais ou federais. O anteprojeto de lei institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros – Planhort e fixa normas gerais para as Ceasas. Pela abrangência e complexidade técnica das questões envolvidas foi elaborado um texto que não engessa o sistema, prevendo a edição de um regulamento geral com as diretrizes básicas que atingem todas as Ceasas e deixando as especificidades de cada Ceasa e de cada região para serem tratadas nos regulamentos específicos, que serão editados pela direção de cada entreposto.

8. Qual a representatividade da Brastece em relação ao universo de empresas estabelecidas nos entrepostos e quais são as principais metas da entidade para os próximos anos? A Brastece tem sido muito bem aceita e congrega grande número de associações e sindicatos

de todos os estados brasileiros onde há Ceasa. A principal meta é trabalhar pela aprovação desta lei e, após a sua promulgação, colaborar para que seja regulamentada, principalmente na edição do Regulamento de Mercado de Caráter Geral e, paralelamente, integrar todas as entidades do setor de abastecimento alimentar brasileiro, inclusive do interior.

9. A falta de investimentos, principalmente em infraestrutura e na expansão, é apontada como um dos principais entraves ao desenvolvimento dos entrepostos. De que modo o setor empresarial pode contribuir para garantir esses investimentos? As PPPs constituem uma alternativa viável? A partir da lei, vão surgir várias alternativas para o desenvolvimento dos entrepostos. O que os empresários precisam é de segurança para investir. Precisam enxergar a luz no fim do túnel. Quando percebem que podem ter um resultado positivo, encontram uma forma de fazer os investimentos. E os que não se modernizam ficam para trás.

10. A Brastece defende algum tipo de gestão compartilhada dos comerciantes em cada uma das Ceasas? De que modo se daria essa gestão? A sabedoria popular diz que qualquer negócio para ser bom tem que ser bom para os dois lados e a Brastece defende o que é bom para o setor. A gestão compartilhada é tratada no artigo 4º da lei. Dentro das diretrizes básicas, o Ministério da Agricultura editará “as condições gerais para a efetiva participação dos usuários na gestão operacional dos entrepostos”. O Ministério também estabelecerá “as regras para gestão compartilhada dos serviços comuns de manutenção, limpeza, conservação e segurança dos entrepostos, observados requisitos e metas de qualidade fixados de comum acordo entre a direção dos entrepostos e entidades de representação dos operadores de mercado e demais usuários, com rateio dos respectivos encargos.





Linha de Produtos Vilma



www.vilma.com.br • CONTAGEM/MG: Praça Leôncio Esteves, 100 - Cidade Industrial - CEP: 32210-000
Tel. Geral: (31) - 3368 3300 - Fax: (31) 3368 3333 - Telemarketing: (31) 2126 1400
FILIAIS: • Aparecida de Goiânia/GO Tel.: (62) 3611 1305 • Caracica/ES Tel.: (27) 2122 1300 / 2122 1302
• CEASA/MG Tel.: (31) 3305 1300 • Feira de Santana/BA Tel.: (70) 2101 1300 / 2101 1302
• Montes Claros/MG Tel.: (35) 4009 1302 • Rio de Janeiro/RJ Tel.: (21) 2104 1300 • São José dos Pinhais/PR Tel.: (41) 3085 2122

Restaurante CASA GRANDE

O melhor da comida mineira à cinco minutos da Ceasa.

A maior variedade de pratos, mais de 40 opções para você saborear o verdadeiro tempero da comida mineira, incluindo churrasco.

Rod. BR 040 - Km 516 - TEL.: (31) 3627-1002



A Hetros atua como distribuidora e atacadista de frutas e legumes nacionais e importados desde 1998 e conta com a retaguarda do grupo Peg Pese com 35 anos de Atuação no ramo de hortifrutis.

Pavilhão HFB - Box 77 - CEAGESP - SP
(11) 3643 8933
www.hetrosfrutas.com.br



Pavilhão E - Lojas 32-38 - CeasaMinas
Tel: (31) 3394-1954
e-mail: pereira.prereira@uol.com.br



Conab / Divulgação

Colombini afirma que Prohort tem possibilitado à Conab definir um panorama da realidade das Ceasas

DEFININDO O CENÁRIO DAS CEASAS

O diretor de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rogério Colombini, destaca nesta entrevista o papel que a instituição tem buscado desempenhar para a modernização e desenvolvimento do setor hortigranjeiro nacional. Para cumprir esta tarefa, a Conab tem como principal instrumento o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort). Graduado em Administração de Empresas e em Sociologia, Colombini foi secretário de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte, além de exercer funções na área de planejamento nos setores público e privado. Ganhou vários prêmios, entre eles o da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford pelo trabalho "Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional".

1. Qual, na sua avaliação, deve ser o papel do Estado em relação às Centrais de Abastecimento (Ceasas)? No meu entendimento, de modo geral, não deve haver um tratamento diferenciado. O Estado deve olhar o setor hortigranjeiro como um todo, atuando como regulador e formulador de políticas, com estreito relacionamento com as câmaras setoriais e demais órgãos envolvidos, em todos os níveis, sem esquecer os legítimos anseios e interesses desse setor, resguardados os impactos na agricultura e na qualidade dos produtos. Entretanto, considerando as demandas existentes das diversas Ceasas, aí sim, contribuir, por meio do Prohort, para o desenvolvimento das ações indispensáveis à melhoria e aprimoramento dos seus processos. Mas, levando em conta que ainda há muitas desigualdades no setor, que se deem tratamentos pontuais na medida das desigualdades existentes.

2. Qual é o grande avanço que a implementação da lei específica das Ceasas pode trazer para o setor de abastecimento? Qualquer lei, seja para as Ceasas, seja para o abastecimento como um todo, se vier para atender aos anseios requeridos, organizar e orientar os segmentos envolvidos e com impactos positivos na coletividade, será uma lei aplicável e muita bem-vinda. Nesse caso, deverá representar um marco regulatório para o sistema atacadista de hortigranjeiros por meio da consolidação de normas e regras específicas, do reconhecimento da especificidade, da necessidade de adoção de um modelo sistêmico e próprio de gestão.

3. A criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), por meio de portaria do Ministério da Agricultura, tem permitido a retomada de uma coordenação das diretrizes das Ceasas pela União, por meio da Conab. Como o governo federal, por intermédio dela, tem atuado na assessoria junto às Ceasas, já que a proposta não é mais participar como acionista, como ocorreu no passado? Na verdade, tal Portaria não prevê a coordenação das diretrizes das Ceasas que estão e devem continuar a cargo dos seus gestores. A participação da Conab, por meio do Prohort, deve se restringir à contribuição para a modernização e desenvolvimento do setor hortigranjeiro nacional, notadamente o que cabe aos mercados atacadistas de hortigranjeiros, que têm as Ceasas como a maior parte. Tal participação deve se dar, como já vem ocorrendo, com base na nossa visão desse cenário e das demandas do conjunto dos mercados, tendo à frente a Abracen. Para tanto, firmamos termos de cooperação técnica, individuais, para que, de modo geral, se pudessem estabelecer os direitos e obrigações das partes envolvidas, visando à execução conjunta das diversas ações decorrentes das demandas existentes.

Em continuação, fixamos, em conjunto com os mercados, as principais ações a serem executadas, resguardadas as nossas capacidades de pessoal e orçamentária, já que não há repasses de recursos para esse fim. Por outro lado, também deve ser iniciativa do Prohort aproximar as Ceasas dos centros de pesquisa e desenvolvimento, universidades, ór-

gãos de fomento e organismos internacionais, entre outros, visando afirmar parcerias de cooperação técnica para transferência de tecnologia e boas práticas, captação de recursos para projetos pontuais e demais relacionamentos bilaterais ou multilaterais.

4. *Hoje o Banco de Dados do Prohort (Simab) disponibiliza dados de quantas Ceasas? Esses dados já têm sido utilizados pelo governo para implantação de alguma política específica?* São 33 os mercados que se encontram no Simab. Entretanto, o programa está preparado para integrar os demais interessados, lembrando-se que, apesar de ser tal ação voluntária, todos os mercados comprometeram-se a se adequarem com vistas à integração ao Simab, quando da assinatura do termo de cooperação. É um importante instrumento para o desenvolvimento dos setores agrícola e de abastecimento, tanto para a formulação de políticas governamentais e desenvolvimento de ações dos mercados atacadistas quanto para pequenos comerciantes e o público em geral. Estamos utilizando os seus dados, quando necessário, principalmente no PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, executado pela Conab.

5. *O senhor acredita que a integração de informações entre as centrais de abastecimento que compõem o Prohort poderia reduzir os impactos das oscilações de ofertas e preços no mercado hortigranjeiro?* Não tenho dúvidas, já que tais informações são disponibilizadas para consulta e podem refletir o comportamento dos mercados regionais, servindo de base para o planejamento de parcela dos agentes participantes no processo de comercialização: produtor, atacadista, varejista e, até mesmo, o consumidor. Assim, a tendência natural é reduzir a pressão sobre tais agentes, o que contribuirá para a normalidade do mercado e o equilíbrio dos preços nas regiões de influência das Ceasas.

6. *Como o senhor avalia a importância para o setor de abastecimento do recente diagnóstico das Ceasas apresentado em dezembro do ano passado?* Eu diria que esse diagnóstico, o único de que se tem notícia pelo menos nos últimos vinte anos, trará grande contribuição para o setor hortigranjeiro nacional, que tem as Ceasas como uma das estratégias de armazenamento e comercialização da produção, considerando que essa radiografia deve, certamente, a partir dos problemas detectados, mostrar os caminhos para a melhoria dos seus processos, como um grande desafio a ser vencido. De outro modo, transferir para as suas congêneres as práticas e as experiências positivas e exitosas em uso nas Ceasas tecnicamente mais desenvolvidas.

7. *O senhor acredita que a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen) poderia desempenhar um papel de intermediadora nas políticas de apoio ao setor junto ao governo federal?* Acredito que

poderia ir mais além, como, por exemplo, sensibilizar os associados para uma grande modernização das suas estruturas e das respectivas gestões, passando a ser efetivos aliados do produtor na disponibilização dos espaços de comercialização, dando preferência às pequenas e médias estruturas, e agindo como indutores da qualidade e da agregação de valor ao produto, entre outros.

8. *É possível dizer que o Prohort constitui hoje o principal programa da Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Gehor) da Conab? É necessário ampliar a estrutura da Gehor?* Na verdade, é o único. Essa gerência foi criada para coordenar, no âmbito da Conab, as iniciativas que competem ao Prohort em cumprimento à Portaria Mapa 171.

Não vejo necessidade de ampliação dos seus quadros, já que se encontram lotados naquela área bons profissionais, em número suficiente e com perfil compatível, inclusive até com mestrado e doutorado.

O que se torna necessário é que os trabalhos sejam desenvolvidos com mais afinidade e determinação pelas Ceasas, embora saibamos que algumas contam com deficiências pontuais que podem atrasar as iniciativas de modernização.

Acredito que, a partir dos resultados do diagnóstico, como um marco zero, possa ser dado o esperado início para a solução dos problemas vivenciados atualmente, mas nunca sem o comprometimento pleno das Ceasas.

Para tanto, estamos contratando um novo consultor para, juntamente com as Ceasas, buscar as medidas corretas a fim de vencer os desafios de modernização que, como se sabe, não são poucos nem de fácil solução.

9. *Um dos objetivos da Frente Parlamentar em Defesa das Ceasas aprovada no Congresso é apoiar a formulação da política de comercialização dos produtos integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), dentre outras desenvolvidas pelo governo federal destinadas à comercialização e formação de estoques. Qual poderá ser o papel da Conab na formulação dessa política?* Principalmente trabalhar como vem fazendo, para demonstrar a importância da manutenção de estoques públicos em níveis condizentes com as necessidades internas, que contribuam para o equilíbrio do mercado. Mesmo porque, a Conab já é a executora da Política de Garantia de Preços Mínimos.

10. *O senhor acredita que as Ceasas possam se consolidar como parceiras do Programa de Aquisição de Alimentos da Conab, intermediando as doações entre os produtores familiares e as entidades beneficentes?* Sim. Principalmente por meio dos seus bancos de alimentos que já são os grandes parceiros do PAA nessa tarefa.

Mais ainda, reunindo maior número de agricultores familiares em suas instalações comerciais. E, dado o seu reduzido porte, até mesmo favorecendo tratamento diferenciado como incentivo para a sustentação da produção e elevação da sua renda.



Juliana Diniz/Ceapi

Novo presidente da Ceapi, José Edilberto Ribamar, tomou posse no início de março

CEAPI APOSTA NA GESTÃO COMPARTILHADA

José Edilberto Ribamar tomou posse como presidente da Ceasa do Piauí (Ceapi) no início de março deste ano. Tem experiência como representante comercial de grandes indústrias e, no setor público, atua desde 2003 gerenciando as Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) no interior do estado. Nesta entrevista, ele resalta os benefícios da gestão compartilhada adotada na Ceapi, que possui o modelo de Organização Social (OS), entidade sem fins lucrativos com participação de um conselho formado por representantes do governo estadual, permissionários e usuários. Embora utilize em sua grande maioria embalagens plásticas, a Ceapi não possui um banco de caixas, um dos projetos que deverão ser avaliados pelo novo presidente.

1. A Ceapi tem um modelo de administração feito por representantes do governo, dos permissionários e usuários. Desde quando existe esse modelo e quais têm sido as principais vantagens dele? A Ceapi é uma Organização Social (entidade sem fins lucrativos que funciona com gestão compartilhada) que surgiu em agosto de 2007. Pra isso foi criado um conselho com representantes do governo, dos permissionários e dos usuários. O governador indicou os representantes do governo e os outros representantes foram eleitos. Há um conselho que fica responsável pelas decisões, como contratação de serviços, manutenção, higiene, segurança, trânsito etc. A Organização Social exige transparência, por isso o conselho é obrigado a prestar contas mensalmente: informar as receitas e despesas. A fiscalização é feita pela sociedade e pelas Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Rural. Essa mudança trouxe diversas melhorias: concluiu a iluminação pública, uma antiga reivindicação dos permissionários que chegam de madrugada; aumentou a equipe de segurança com fiscalização 24 horas; contratou médico para atender vendedores e clientes; distribuiu fardamento para os carregadores e bata para os permissionários; chamou os permissionários em débito para uma negociação com descontos nos juros de até 75% e parcelamento em até 36 vezes, além de outras melhorias, como capacitação gratuita dos permis-

sionários – através de uma parceria com o Sebrae-PI; construção de novos galpões, reforma da creche, instalação de pias e bebedouros, aumento do estacionamento etc.

2. A Ceapi tem condições para se expandir? Existe algum projeto e recursos que preveem essa expansão? A Ceapi tem uma área com mais de 200 mil m² disponíveis para expandir ainda mais o nosso mercado. Atualmente, estamos ampliando o estacionamento e, em breve, a central estará com uma grande loja comercializando frios em geral.

3. Como o sr. avalia a importância da Ceapi, principalmente para os pequenos produtores? Existe um foco nesse público ou o mercado atende mais os comerciantes atacadistas? Existe um foco no grupo de pequenos produtores e temos, inclusive, interesse em que eles aumentem ainda mais a sua produção e venham comercializá-la aqui na Ceapi – o maior centro de abastecimento do Piauí. Para isso, temos uma espécie de incentivo, uma vez que cobramos tarifa bastante reduzida para os mesmos terem acesso à Central. É importante ressaltar que temos visitado também muitos produtores no estado e feito um levantamento de suas necessidades, a fim de ajudá-los a melhorar e expandir a sua produção. Após cada visita, é feito um relatório e enviado para o gover-

“ A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EXIGE TRANSPARÊNCIA. POR ISSO, O CONSELHO É OBRIGADO A PRESTAR CONTAS MENSALMENTE. ”

no do estado, informando qual área foi visitada, o que é produzido e os maiores problemas enfrentados por esses pequenos produtores.

4. *A Ceapi é bem diversificada quanto à oferta de produtos, com hortigranjeiros, cereais, aves e pescados. Essa diversificação é resultado do perfil da produção do estado?* Com certeza. Mas, além de comercializar produtos do nosso estado, trabalhamos também com a produção de outros, entre eles: Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo etc.

5. *A Ceapi já disponibiliza os preços médios diários no Prohort (www.ceasa.gov.br). De que forma, na sua avaliação, a adesão ao Prohort poderá contribuir para o desenvolvimento da Ceapi?* Esta atualização atrai direta e indiretamente mais permissionários, fornecedores e clientes para a nossa Central de Abastecimento.

6. *Como está estruturado hoje o corpo funcional da Ceapi? A empresa planeja contratar novos técnicos?* Temos um corpo de funcionários altamente qualificados e que desempenham excelente trabalho na Ceapi. A Assessoria de Imprensa, por exemplo, é uma das mais atuantes das Ceasas do Brasil.

8. *Como a Ceapi vem lidando com a questão das embalagens para acondicionamento de frutas e hortaliças? Hoje o mercado adota como padrão as caixas de madeira retornáveis?* Nossos produtos só podem ser transportados em caixas plásticas – salvo quando se trata de produção local, que poderá ter acesso à Central sem a obrigatoriedade do uso de caixas plásticas.



Ceapi adota desde 2007 o modelo de Organização Social (OS) para gestão da empresa

Foto: Juliana Dantas Ceapi

RAIO X DA CEAPI	
Área total – 300 mil m ²	comercializado R\$ 15,1 milhões/mês
Área comercial (urbanizada) – 92 mil m ²	Fluxo médio de pessoas/dia – 9 mil
Área de expansão – 208 mil m ²	Movimentação média de veículos – 1.700/dia
Permissionários fixos – 838	Estimativa de geração de empregos – 12.000 diretos e indiretos
Permissionários não fixos – 120	
Galpões de comercialização – 10	Volume médio mensal de resíduos – 200 t/mês
Instituições financeiras – 01 (Banco do Brasil)	Lojas e boxes comerciais – 154
Parque de estacionamento – 12 mil m ²	Centro de agricultura – 01
Volume médio mensal comercializado – 26 mil t /mês	Segurança – 24 h/dia
Valor médio mensal	Site: http://www.ceasa.pi.gov.br



MUITOS GOVERNOS NÃO COMPREENDEM A IMPORTÂNCIA DAS CEASAS

Para Bambini, modelo de gestão para Ceasas deve respeitar características peculiares de cada região

Giuseppe Bambini é presidente da Federação Latino-americana de Mercados de Abastecimento (Flama). Nesta entrevista, ele afirma que as centrais de abastecimento são os locais ideais para o desenvolvimento de programas necessários ao combate à fome, à escassez de alimentos e à melhoria dos processos de transformação dos alimentos. Bambini ainda afirma que muitos governos não compreendem perfeitamente a importância das Ceasas na distribuição de alimentos, na criação de empregos e na capacidade de oferecer produtos a preços mais baixos. "Por isso, mantemos uma luta constante para a transmissão de informações e reivindicações de apoio às instituições governamentais, o que representa para a Flama um dos grandes desafios."

1. A Flama representa quantas Centrais de Abastecimento Alimentar? A Flama congrega cerca de 150 centrais de abastecimento de forma direta ou através das redes ou federações nacionais de 12 países latino-americanos como Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Equador, Paraguai, Peru, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Cuba e México, entre as quais se destacam a central de abastecimento da cidade do México e a de São Paulo, que juntamente com os principais países latino-americanos membros, constituem o primeiro bloco econômico de comercialização de alimentos da América e do Mundo.

2. A Flama completa em 2010 seis anos de existência. Desde sua criação é possível detalhar quais tem sido os principais benefícios oferecidos ao setor agroalimentar? A principal contribuição da Federação tem sido o impulso para a construção de uma plataforma de informação e comunicação, através da qual todos os centros de abastecimento podem apresentar ofertas e demandas de seus principais produtos de comercialização para promover de forma eficiente o intercâmbio comercial entre os membros, bem como as experiências, tecnologias e novas melhorias, em infra-estrutura, operação, sistema de embalagem e meios de comercialização. Entre outras ferramentas para complementar o intercâmbio de experiências, prevemos a execução de pelo menos dois eventos e /ou congressos anuais para reunir os países membros com seus diferentes mercados e operadores, a fim de apresentar as últimas informações sobre os temas acima referidos e outros, como legislações e regulamentos que regem esses processos.

3. A América Latina apresenta diferentes formatos administrativos de gestão dos seus centros de abastecimento. Em alguns casos, como no Brasil, o governo é em geral responsável pelos centros de abastecimento. A Ceasa, no México, tem uma gestão compartilhada entre os operadores públicos e o privados, e no Chile, por exemplo, os operadores privados têm substituído o Estado. Que aspectos devem ser levados em conta para definir o melhor modelo? A este respeito, considero que o tipo de gestão utilizado para administrar um mercado deve obedecer os costumes, realidades e concepções de cada uma das sociedades, assim como as experiências políticas e econômicas de cada país. Embora na atualidade esteja surgindo uma tendência interessante de operações conjuntas, compartilhadas entre o Estado e os operadores privados, constituídos pelas pequenas e médias empresas (Pymes).

4. As centrais de abastecimento seriam capazes de ampliar o atual papel de apoio no combate contra à fome e ao desperdício de alimentos, principalmente nas regiões mais pobres de América Latina? Acredito que não só são capazes, mas seriam os canais ideais através dos quais, os governos, em colaboração com os operadores e o setor privado, podem construir os mecanismos de funcionamento, aproveitando ao máximo a capacidade de armazenagem dos centros de abastecimento para executar os planos e elaborar as diretrizes necessárias para combater a fome, escassez de alimentos, a otimização de seu uso para diminuir o desperdício e melhorar os processos de transformação dos alimentos. Nesse sentido, existem programas muito importantes em países tais como Brasil, Cuba e Colômbia.

“ OS PRÓPRIOS GOVERNOS NÃO COMPREENDEM PERFEITAMENTE A IMPORTÂNCIA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO NA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, NA CRIAÇÃO DE EMPREGOS E NA CAPACIDADE DE OFERECER PRODUTOS A PREÇOS MAIS BAIXOS. ”

5. *No Brasil, alguns dos principais desafios dos centros de abastecimento, são superar a falta de investimento em infra-estrutura, ampliação e alteração do modelo de caixas, principalmente de madeira. Como os principais centros de abastecimento da América Latina abordam estes desafios?* Quanto à falta de investimentos posso comentar que em muitos casos, os próprios governos não compreendem perfeitamente a importância das Centrais de Abastecimento na distribuição de alimentos, na criação de empregos e na capacidade de oferecer produtos a preços mais baixos. Por isso, se mantém uma luta constante para a transmissão de informações e reivindicações de apoio às instituições governamentais, o que representa para a Flama um dos grandes desafios como instituição internacional. Na América Latina, ao contrário da América do Norte, Ásia e Europa, compartilhamos uma realidade comum representada pelos antigos sistemas de acondicionamento e embalagem de alimentos, cujos materiais de construção que, na maioria dos casos, continuam sendo a madeira tradicional e o papelão, nos impõem como desafio a substituição destes materiais por aqueles de última geração. Os polímeros e resinas plásticas, por exemplo, tornam mais higiênico manuseio de produtos, um melhor controle da praga e por isso devem mudar as políticas de padronização de embalagens promovidas pelos governos de cada país e exigidas por sua vez pelos clientes no momento dos intercâmbios comerciais. Além do tipo de material de embalagem, há um outro desafio correspondente à uniformidade das medidas e embalagens dos diferentes países.

6. *Qual a importância do Brasil no contexto da oferta da América Latina?* O Brasil é o país da América Latina com maior capacidade de produção e exportação de produtos alimentícios, permitindo-lhe ser o eixo fundamental da comercialização na América Latina e também serve como um elo principal na comercialização de alimentos de outros continentes e de parceria para a integração dos países do Caribe e dos Andes do Norte com o Mercosul.

7. *As atas das reuniões da Flama incluem manifestos em favor dos países da América Latina. Dois exemplos recentes: o pedido de rescisão do embargo contra Cuba e a recuperação das Malvinas pela Argentina. Como você avalia o papel político da Flama no contexto da América Latina?* Todo processo de comercialização deve ser enquadrado no âmbito das políticas e regulamentos governamentais, o que cria uma ligação vital entre os programas de cada país com as associações reunidas que nelas existem, como é o caso da Flama, no contexto internacional. Como tal, todas as diretrizes, estratégias, ações e declarações da FLAMA se identificam com o sentimento e os valores nacionais de cada país, expressas através dos seus membros e afiliados, que podem propor qualquer slogan, para expressar seus sentimentos e demonstrar publicamente o apoio moral a todos os países amigos, a qualquer momento.

8. *Quais são os principais objetivos da Flama no ano de 2010?* Realizar o intercâmbio de processos de comercialização, tecnologias e experiências através dos eventos programados para este ano, como o de Minas Gerais, e o do México, em meados de setembro. Internamente buscamos reforçar os alicerces estabelecidos nos estatutos de sua criação e fortalecer a participação de outros países latino-americanos, que até esta data não são membros desta Federação.

9. *O mercado dos EUA possui muitos imigrantes da América Latina que não consomem frutas e vegetais de seus países de origem. Você acha que os Estados Unidos e outros países desenvolvidos são mercados potenciais para os produtores rurais da América Latina através das exportações?* Acredito que são mercados com um potencial real que nós não estamos explorando ao máximo, porque há um desequilíbrio nas relações comerciais de alguns países da América Latina e outros, no que diz respeito aos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. Isso ocorre devido em parte às relações intergovernamentais que possuem grandes diferenças. Os tratados comerciais beneficiam um lado e prejudicam outros.



DE VOLTA A UMA VELHA PARCERIA

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A ABRACEN E O MERCADO DE RUNGIS, NA FRANÇA, REMONTA A UMA PARCERIA QUE FOI FUNDAMENTAL PARA IMPLANTAÇÃO DO CONCEITO DE CEASA NO BRASIL HÁ CINCO DÉCADAS

POR VERLAN ANDRADE

A França volta a contribuir para o sistema de abastecimento brasileiro, por meio da cooperação entre a Abracen e o Mercado de Rungis

Mercado Internacional de Rungis / Divulgação





Ceasa PE/Divulgação

Obras do entreposto de Recife foram adiadas após o golpe de 64

Garantia de mais qualidade para o setor hortigranjeiro, implantação de novas tecnologias de logística, intercâmbio e produção de conhecimentos e acesso a novos mercados são algumas das perspectivas surgidas com o convênio firmado em 2009 entre a Abracen e o Mercado Internacional de Rungis, na França. O entreposto francês é considerado referência mundial de qualidade em abastecimento. Mas se hoje as Ceasas se aproximam dos franceses para buscar um salto de qualidade, no passado a parceria com o país europeu deu início à própria ideia de centrais de abastecimento no Brasil.

A primeira parceria com a França remonta ao fim da década de 50. À época, o país vivia o governo do presidente Juscelino Kubitschek, que criou um conselho de técnicos coordenado pelo célebre médico e cientista social Josué de Castro, a fim de implantar uma política nacional de reestruturação de abastecimento dos centros urbanos. Josué de Castro já tinha ocupado o cargo de presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e publicado a obra “Geografia da Fome”, considerada referência mundial sobre o tema.

As cidades começavam a sentir os efeitos do grande deslocamento da população do campo para os centros mais desenvolvidos. Com isso, era preciso repensar a forma de comercializar frutas e hortaliças, até então realizada através de feiras e mercados livres em regiões centrais das cidades. Problemas como perdas, falta de informações sobre preços e ofertas, e ainda logística precária eram algumas das dificuldades comuns à época.

Das discussões realizadas no âmbito do conselho de técnicos, ficou definido que o modelo de central de abastecimento a ser adotado no Brasil seria o da França, que já havia iniciado suas centrais de abastecimento na Europa. E a capital pernambucana Recife seria o embrião dos novos projetos.

Recife já contava com os estudos de Lindalvo Farias, que ocupava o cargo de Secretário de Agricultura, Mercados e Matadouros da Prefeitura. Como o próprio Farias contaria na entrevista ao repórter Marcos Cirano, no livro *Ceasa Pernambuco – ano 45*, foi ele o responsável pelo primeiro plano de abastecimento urbano de Recife. No plano Farias sugeria, de modo visionário, a criação de uma central de abastecimento no município.



Diagnóstico

O processo de reestruturação do abastecimento urbano ganhou então continuidade através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que havia sido criada recentemente, tendo como responsável o economista Celso Furtado. Foi quando Furtado encampou a ideia de uma Ceasa e convidou, em 1960, especialistas franceses para produzirem uma radiografia do sistema de abastecimento brasileiro. O resultado desse trabalho foi a publicação do documento *Contribuição ao Estudo*

da Infra-estrutura de Abastecimento Urbano do Nordeste, que incluía um diagnóstico e as propostas de mudanças.

No documento, os franceses sugeriram a criação de Ceasas em Recife, Fortaleza e Salvador. Para gerenciar a criação dos três entrepostos, surgiu a Central de Abastecimento de Pernambuco S/A (Capesa). A primeira diretoria tinha como presidente o general Heleno Castellar; como diretor técnico, Lindalvo Farias; e como diretor comercial, Hélio Pacheco.



Presidente da Abracen, João Alberto P. Lages (centro), assina convênio com o presidente do Mercado de Rungis, Marc Spielrein



Ceasa PE/Divulgação

Com Lindalvo Farias, os primeiros estudos sobre abastecimento



PIONEIRA

A central pernambucana foi a primeira do país a possuir um projeto. Só não foi a primeira a operar, já que as obras do entreposto de Recife foram interrompidas com o golpe militar de 1964, conforme explica o especialista em projetos para Ceasas, Ivens Mourão. “Tudo o que vinha de Celso Furtado era considerado coisa de comunista. Além do mais, o grande Josué de Castro, que fazia parte dessa equipe pioneira e era reconhecido internacionalmente como especialista em alimentação, exilou-se. Faleceu no exílio e os militares impediram que a família trouxesse o corpo para ser sepultado no país”, afirma Ivens Mourão.

A Ceasa Pernambuco só foi inaugurada em 1968. Antes disso, em março de 1966, o governo paulista iria inaugurar sua central de abastecimento.

RUNGIS

Cinco décadas depois, a França volta a servir de referência para as Ceasas brasileiras. Enquanto no passado o desafio era criar um novo modelo para organizar o abastecimento, hoje os entrepostos lidam com problemas como a falta de investimentos e necessidade de expansão.

O termo de cooperação assinado pela Abracen em setembro de 2009 com o presidente do Mercado de Rungis, Marc Spielrein, prevê o intercâmbio de conhecimento acadê-

mico e científico e ações conjuntas para melhorar a organização e gestão dos entrepostos, com transferência tecnológica.

O entreposto francês é considerado o maior em comercialização de produtos frescos do mundo. A unidade comercializa carnes, laticínios, pescados, frutas, legumes, flores e produtos de decoração (veja box).

Está prevista no acordo a criação de um comitê com a participação de membros das duas instituições, sob a coordenação de dois representantes titulares e dois suplentes. A cada ano, o comitê vai apresentar uma síntese das realizações feitas através da parceria. O Termo de Cooperação tem validade de três anos prorrogáveis.

SUGESTÕES

As Ceasas filiadas foram convidadas pela Abracen a enviar sugestões para ações dentro da parceria com Rungis. A Ceasa Campinas foi a primeira a contribuir com ideias, por meio da gerente do Departamento de Flores da empresa, Ana Rita Pires Stenico. Entre as sugestões, Ana Rita destaca em documento a importância de missões técnicas aos mercados brasileiro e francês, para aprimorar os procedimentos, a fim de agilizar a operacionalidade de descarga e carga de produtos. Para enviar sugestões, as Ceasas podem entrar em contato com a Abracen, pelo (61) 3312-6237 ou abracen@abracen.org.br.

O QUE A UNIÃO FRANÇA-BRASIL PODE TRAZER PARA AS CEASAS

- maior acesso aos mercados e ao desenvolvimento conjunto de pesquisas, análise de tendências, marketing e comunicação;
- redesenho da logística;
- produção de serviços de valor agregado;
- difusão da qualidade de frutas e hortaliças;
- interação entre mercado atacadista e instituições públicas e privadas;
- desenvolvimento de projetos para melhorar a organização e gestão das empresas, viabilizando alianças estratégicas que beneficiem pequenos e médios produtores rurais;
- implantação de um centro internacional para apoio ao intercâmbio comercial do mercado de frutas e hortaliças, entre outras iniciativas.

RAIO X DO MERCADO DE RUNGIS

O Mercado de Rungis possui área de 232 hectares (apx. 2,32 milhões de m²).

Conta com 1,4 mil empresas, incluindo 700 atacadistas, corretoras e empresas de importação-exportação, 300 produtores-vendedores e 400 empresas diferentes que geram mais de 12 mil postos de trabalho.

O mercado abastece cerca de 18 milhões de consumidores europeus, incluindo 12 milhões dentro de um raio de 150 km ao redor de Paris, o equivalente a um quinto da população francesa.



Mercado Internacional de Rungis / Divalgarção



CEASA DE DESTAQUE

COMERCIALIZAÇÃO NA CEAGESP É
RECORDE DE
21 ANOS

UM DOS DESAFIOS DA MAIOR CEASA DO BRASIL É VIABILIZAR OS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E A REVITALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES E ÁREAS COMUNS

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) comemora, mais uma vez, os resultados positivos de entrepostagem e armazenagem. Em 2009, o Entrepósito Terminal São Paulo (ETSP) comercializou 3,15 milhões de toneladas de frutas, verduras, legumes, pescado e flores, recorde dos últimos 21 anos. No ano passado, o volume financeiro movimentado no ETSP atingiu R\$ 4,35 bilhões, ou 12,1% superior ao do ano anterior.

Considerada a maior central de abastecimento do Brasil, no ETSP o setor de frutas liderou o volume de comercialização, com 1,67 milhão de toneladas, seguido por legumes, com 807,2 mil toneladas. O setor de diversos, que inclui cebola, batata e alho, vem em terceiro na classificação de volume, com 349 mil toneladas, e verduras, com 231,8 mil toneladas.

No ano passado, a rede de 13 entrepostos da CEAGESP comercializou 3,94 milhões de toneladas de produtos, resultado 2,42% maior que o do ano anterior. O volume financeiro em toda a rede subiu 12%, em 2009, com total de R\$ 5,31 bilhões, contra os R\$ 4,74 bilhões de 2008.

Nas unidades no interior, o crescimento médio do volume comercializado em 2009 foi de 7,1%, chegando ao total de 788 mil toneladas. Merecem destaque no volume comercializado as unidades de Franca, que registrou elevação de 32,6%; Ribeirão Preto, que avançou 22,9%; Sorocaba, com acréscimo de 18,0%; e Bauru, com aumento de 11,2%. O fluxo financeiro das unidades do interior também subiu 11,1%, em relação a 2008, para R\$ 957,1 milhões.

RECORDE NO TRIGO

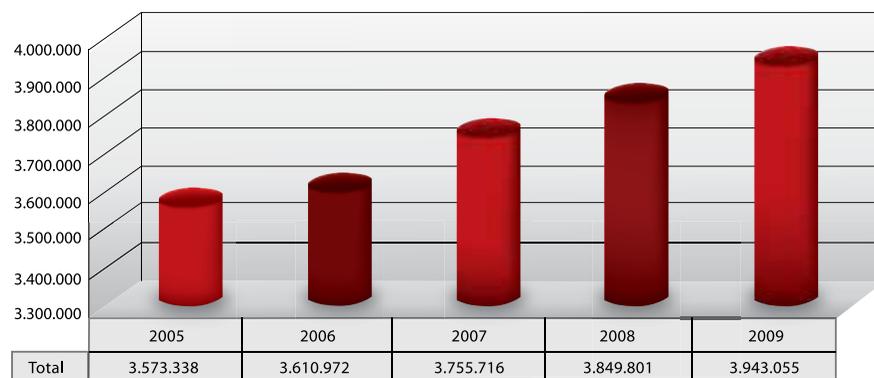
A maior rede pública de armazéns, silos e graneiros do estado de São Paulo e uma das maiores do Brasil, mantida pela CEAGESP, também apresentou resultados positivos em 2009. As 19 unidades ativas da rede armazenadora receberam 804,88 mil toneladas de produtos agrícolas e industriais, o segundo maior dos últimos cinco anos. O volume de trigo armazenado na rede cresceu 3,91%, no ano passado, atingindo as 258,86 mil toneladas, recorde dos últimos dez anos.

O total de recebimento de produtos nos armazéns e silos da CEAGESP no ano passado foi 26,1% menor, na comparação com o recorde de 1,09 milhão de toneladas, registrado em 2008. Essa diminuição é consequência direta da queda de 33,76% no recebimento de açúcar. Com preços favoráveis no mercado externo, a tendência foi de os produtores venderem suas produções diretamente no mercado internacional, sem a necessidade de armazenamento. O desempenho operacional da estocagem na rede CEAGESP sofreu ainda impacto da crise econômica mundial, que afetou o valor das principais *commodities* agrícolas no ano passado.

HISTÓRIA

Criada em maio de 1969, a partir da fusão do Ceasa (Centro Estadual de Abastecimento) e CAGESP (Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo), a CEAGESP, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo é mantida pelo Governo do Estado de São Paulo, desde 1997, e está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Atualmente, a Ceagesp administra uma rede de 34 unidades armazenadoras e 13 entrepostos atacadistas, que asseguram o abastecimento de mais de 60% da Grande São Paulo, além de grande parte do Estado. A rede de armazenagem tem capacidade para estocar, simultaneamente, mais de um milhão de toneladas de produtos agrícolas, sendo 652,1 mil toneladas a granel (silos e graneiros) e 564,3 mil toneladas em armazéns.





Entrepósito Terminal de São Paulo (ETSP) comercializou, em 2009, 3,15 milhões de toneladas, movimentando R\$ 4,35 bilhões

INVESTIMENTOS

Para o biênio 2010/2011, a Ceagesp tem diversos projetos que visam à recuperação e à revitalização de edificações e áreas comuns dos entrepostos, armazéns e silos, além de ter todas as unidades armazenadoras certificadas. O desafio é buscar a viabilidade econômico financeira para a maior parte deles. O que está mais próximo, até mesmo como serviço para o público consumidor final, é o lançamento, ainda neste primeiro trimestre, de mais uma feira de varejo noturna chamada de “Varejão Noturno”, que além de todas as quartas, também será realizada às sextas-feiras, das 16h às 22h.

DESAFIOS

Entre os principais desafios da Ceagesp está o financiamento dos projetos. Como a empresa não está no Orçamento Fiscal da União, não pode receber recursos diretos do Tesouro. Além disso, ainda está inscrita no Programa Nacional de Desestatização (PND), o impõe muitas limitações para obtenção de recursos do mercado.

“Os nossos desafios não são pequenos, pois são proporcionais ao tamanho e à importância de nossa companhia para o abastecimento de alimentos do país. Trabalhamos com um horizonte de curto e médio prazo, mas queremos deixar alinhavadas as principais diretrizes para o futuro da CEAGESP e de todos os atores envolvidos,” afirma o presidente da Ceagesp, Mário Maurici.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As atividades de entrepostagem e armazenagem constituem importante instrumento de inclusão social, o qual se materializa por meio de vários projetos e ações, tais como: banco de alimentos, reciclagem de resíduos orgânicos e inorgânicos, entre outras ações.

No ano passado, o Banco Ceagesp de Alimentos arrecadou o recorde de quase 2 mil toneladas de alimentos, volume superior à 1,5 mil toneladas de 2008.

O total de resíduos recolhidos e encaminhados para a produção de compostagem foi de 50 mil toneladas em 2009, contra 44 mil toneladas do ano anterior. O material recolhido e reciclado somou 21 mil toneladas, maior que as 5 mil toneladas de 2008.

■ **Dados gerais de comercialização:**

O ETSP (Entrepasto Terminal São Paulo) comercializou, em 2009, 3,15 milhões de toneladas, o que significa um volume financeiro de R\$ 4,35 bilhão. São recebidas diariamente 10 mil toneladas de frutas, verduras, legumes, flores, pescados e diversos (batata, cebola, coco seco e ovos).

■ **Número de usuários:**

O ETSP possui cerca de 2.500 permissionários (comerciantes e/ou produtores), divididos nos 5.071 boxes e módulos e 10 mil trabalhadores, sendo destes 3000 carregadores. Entre 6 e 7 mil são registrados. Os números são flutuantes.

■ **Movimentação de veículos:**

Fluxo diário de 10 mil veículos, entre caminhões, vans, caminhonetes e carros utilitários.

■ **Número de municípios ofertantes:**

Produtos recebidos de 1.495 municípios de 23 estados e também de outros 18 países.

■ **Unidades no Estado:**

Atualmente, a Ceagesp mantém 12 unidades no interior, situadas em regiões identificadas como polos de produção e consumo, que comercializam 736 mil toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados e movimentam R\$ 860 milhões.

ORIGEM DOS COMPRADORES

Grande São Paulo	50,52%
Interior SP	10,60%
Litoral SP	3,40%
Total	64,52%
Sudeste (Exceto SP)	22,52%
Sul	7,65%
Centro Oeste	2,55%
Total	34,91%
Mercosul	0,57%

* Com informações da Coordenadoria de Comunicação e Marketing

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Informações, reclamações, sugestões e elogios
 0800 726 2492 - Atendimento a deficientes auditivos
 0800 725 7474 - Ouvidoria

caixa.gov.br

**VOCÊ ACREDITA NA SUA EMPRESA.
 A CAIXA ACREDITA NOS DOIS.**

Na CAIXA, você tem mais que gerentes. Tem parceiros. Se você tem projetos, a gente acredita. Se quer crescer, a gente apoia. Se precisa de capital de giro, a gente empresta. Se tem pressa em receber, a gente antecipa suas receitas. Aqui você sempre encontra uma solução sob medida para as necessidades da sua empresa.

CAIXA. Dinheiro em caixa, crescimento à vista.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.

CAIXA



IN PARA ALÉM DO MERCADO NATURA

PRODUTOS DESIDRATADOS, PRÉ-EMBALADOS, MINIMAMENTE PROCESSADOS E ORGÂNICOS PODEM AGREGAR VALOR E REDUZIR PERDAS, MAS AINDA SÃO POUCO EXPLORADOS PRINCIPALMENTE POR PRODUTORES RURAIS

TEXTO / FOTOS ANA FLÁVIA CASTRO

A banana que virou chip. Com esse lema, uma empresa do Norte de Minas vem apostando em nova alternativa para comercializar a fruta. Ao processar a banana em forma de salgadinho, produtores do município de Matias Cardoso criaram em 2002 a Plátanos Way. No início, a ideia era criar uma alternativa para aproveitar parte do volume de bananas que era perdido por estar fora dos padrões do comércio in natura. Mas hoje, 10% das 4,5 mil toneladas da fruta produzidas anualmente já são reservadas exclusivamente para a fábrica onde serão processadas e embaladas com a marca Croc Banana.

Prejuízos

Transformada em salgadinho, a banana produzida pela empresa ganhou um novo apelo comercial e pode virar referência para os demais produtores rurais e comerciantes em um país que ainda investe pouco em alternativas de comer-

cialização no setor hortigranjeiro. Em pesquisa coordenada pela CeasaMinas em 2008, o município mineiro de Jaíba, próximo a Matias Cardoso, apresentou perdas que chegavam a 10,5% da produção nas lavouras pesquisadas. Se esse percentual for aplicado a toda a produção do município, a perda é equivalente a 4,3 mil toneladas, com prejuízo total estimado de R\$ 4,3 milhões.

As perdas ocorriam simplesmente porque as frutas apresentavam pequenas manchas ou formatos fora do padrão, embora mantivessem todas as qualidades nutricionais. “Em vez de serem aproveitadas na forma de doces, farinhas ou outros produtos, essas frutas eram abandonadas na própria lavoura,” ressalta um dos coordenadores da pesquisa, o estatístico da CeasaMinas, Tarcísio Silva.

Informações

A falta de informações sobre o potencial desse novo mercado é um dos fatores que ainda contribuem para desestimular

o investimento principalmente dos produtores rurais. Para conhecer melhor as alternativas ao comércio in natura do setor hortigranjeiro, a CeasaMinas iniciou em outubro de 2009 um estudo que avalia o potencial de mercado dos produtos minimamente processados, pré-embalados, desidratados e orgânicos (veja quadro).

O objetivo é identificar os alimentos mais consumidos, as tendências do mercado, verificar as falhas de fabricação, armazenamento e distribuição, além de prover o mercado com dados que possam aumentar a compra de produtos pouco consumidos.

As pesquisas estão sendo feitas em 121 sacolões e supermercados de Belo Horizonte, pelo estatístico Tarcísio da Silva, da Seção de Estudos Estratégicos, por Romeu Silva e pela estagiária de Engenharia de Alimentos, Mara Cristina do Amaral Santos, ambos da Seção de Agroqualidade da estatal. A pesquisa deve ser concluída até o início de maio.



VEGETABLE PROCESSALS
NET WT 1.00 LB (454g)
BEST BY 08/2025
LOT # 123456789
EXP. DATE 08/2025

VEGETABLE PROCESSALS
NET WT 1.00 LB (454g)
BEST BY 08/2025
LOT # 123456789
EXP. DATE 08/2025

VEGETABLE PROCESSALS
NET WT 1.00 LB (454g)
BEST BY 08/2025
LOT # 123456789
EXP. DATE 08/2025

VEGETABLE PROCESSALS
NET WT 1.00 LB (454g)
BEST BY 08/2025
LOT # 123456789
EXP. DATE 08/2025

VEGETABLE PROCESSALS
NET WT 1.00 LB (454g)
BEST BY 08/2025
LOT # 123456789
EXP. DATE 08/2025

VEGETABLE PROCESSALS
NET WT 1.00 LB (454g)
BEST BY 08/2025
LOT # 123456789
EXP. DATE 08/2025



Coordenadora do setor de produtos processados de supermercado, Vivian Fróis, aposta na praticidade como diferencial para o consumidor

Agregação de valor

Além de constituir uma alternativa para evitar perdas de alimentos de qualidade e ricos em nutrientes, o processamento de frutas e hortaliças pode agregar valor às mercadorias. No varejo, por exemplo, a bandeja com 400 gramas de abóbora moranga minimamente processada e higienizada pode ser encontrada por cerca de R\$ 5. Já o quilo do mesmo produto in natura é vendido por cerca de R\$ 2: uma grande oportunidade para os produtores que ainda sofrem com as constantes oscilações de preços do mercado.

Com a Croc Banana, os empresários da Plátanos Way, Davi Schwarcz e Luiz Schwarcz, também buscaram agregar valor à fruta, além de oferecerem um produto diferenciado no mercado. “Podemos levar para o público um alimento rico em fibras e nutrientes da fruta que não possui concorrentes no mercado brasileiro”, afirma Davi. Ele explica que a aceitação do produto pelo varejista é um dos fatores mais importantes para que o consumidor passe também a aceitá-lo. “No início estranham de cara, mas agora o mercado está crescendo e aceitando aquilo que é novo”, ressalta.

As quatro toneladas de banana que vão por dia para a fábrica são processadas e, após transformada em salgadinho, distribuídas por atacado em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rondônia, Mato Grosso e Amazonas. A meta de Davi para 2010 é dobrar o faturamento. Uma das estratégias é a degustação em lojas de varejo.

Frutas da China

Uma das evidências de que o país ainda explora pouco os nichos alternativos de frutas e hortaliças é a dependência do mercado externo quando se trata de produtos desidratados. A empresa atacadista Benassi Minas trabalha há cinco anos com uma variedade de 19 frutas desidratadas, todas importadas da China, com exceção do *chip* de maçã vindo do sul do Brasil. A empresa comercializa, em média, 12 toneladas por mês de frutas secas ou desidratadas, quase 3% de todo o volume da Benassi.



Laerte, da Benassi, importa 19 variedades da China

O gerente comercial Laerte Gestich enxerga o comércio de desidratados como uma exigência do mercado atual, a inovação como obrigação para qualquer comerciante que deseje estar na concorrência. “As frutas desidratadas vão estar sempre nas lojas, mas não vão dominar o mercado”, ressalta Laerte, que vê no Brasil pouca possibilidade de expandir o mercado desses produtos da forma como é feito na China e em países europeus.



Segundo ele, o país não investe o necessário para que a alternativa caia no gosto do consumidor: “O Brasil como país tropical tem fartura de frutas e verduras o ano todo, sem sofrer carências e necessidades de estoque”, conta Gestich.

Praticidade

Cada vez mais o consumidor busca a praticidade e economia na alimentação. E é justamente isso que o produto minimamente processado leva até ele: legumes e frutas prontos para o consumo, picados, descascados e selecionados. Muitas vezes o preço mais elevado é superado pelos benefícios oferecidos pela nova alternativa.

A psicóloga Flávia Miranda prepara há cerca de 1 ano a sopa diária do filho de um ano e seis meses dos legumes processados no varejo. “Só o fato de em cerca de poucos minutos os

legumes estarem cozidos já compensa o preço. É muito mais rápido o preparo”, conta Flávia.

Ela é uma das clientes do supermercado Verdemar, localizado na região centro-sul de Belo Horizonte. A empresa comercializa há cerca de cinco anos mercadorias minimamente processadas. No início, o processamento era uma alternativa para aproveitar produtos com risco de perda, mas atualmente o supermercado já encomenda mercadorias *in natura* exclusivamente para serem fatiadas e embaladas.

“Não podemos deixar nossos clientes na mão. Hoje já precisamos encomendar certa quantidade de frutas e hortaliças somente para essa finalidade”, conta a coordenadora de processados do supermercado, Vivian Fróis. Segundo ela, hoje o supermercado chega a vender em um mês cerca de 500 potes de couve processada.



Flávia optou pela praticidade dos processados

- ➔ As frutas e hortaliças minimamente processadas são submetidas a seleção e classificação, corte, fatiamento, sanitização, enxágue, centrifugação e embalagem, e, na maioria das vezes, não necessitam de preparo para serem consumidas.
- ➔ Os alimentos pré-embalados são produtos *in natura* que não foram submetidos a nenhum processamento, simplesmente foram classificados e embalados em porções.
- ➔ Os produtos desidratados são obtidos pela retirada parcial da água da fruta madura, inteira ou em pedaços, por processos tecnológicos adequados, como a secagem.
- ➔ As frutas e hortaliças orgânicas são aquelas produzidas sem agrotóxicos e sem fertilizantes químicos, por processos naturais que não agredem a natureza e mantêm intacta a vida do solo.



QUANDO O
PLÁSTICO
NÃO É O **VILÃO**

INTEGRAÇÃO DOS ENTREPOSTOS E FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS SÃO ALGUNS DOS DESAFIOS PARA AMPLIAR IMPLANTAÇÃO DOS BANCOS DE CAIXAS NO PAÍS

POR VERLAN ANDRADE E ALESSANDRO CONEGUNDES

Comercializar alimentos acondicionados em embalagens que não ofereçam riscos de contaminação para as lavouras, e ainda garantam a redução de perdas no mercado. Esses são objetivos de todo produtor rural, atacadista e varejista do setor hortigranjeiro. No cenário que oferece basicamente três modalidades de embalagens (plástica, madeira e papelão), a definição sobre o melhor modelo tem preocupado tanto dirigentes quanto operadores de mercado. As embalagens plásticas, implantadas junto com um sistema de Banco de Caixas e centrais de higienização, vêm ganhando espaço e têm sido apontadas como as mais indicadas para o tipo de comércio estabelecido nas Ceasas.

O uso de embalagens é regulamentado pela Instrução Normativa Conjunta 009 de 2002, do Ministério da Agricultura, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). A norma não determina qual tipo de embalagem deva ser utilizado, mas prevê que toda caixa retornável necessita de higienização.

Hoje o tipo mais usado para acondicionar produtos na grande maioria dos entrepostos são as caixas de madeira, um material não-higienizável que deveria ser descartado após a primeira utilização. Ao retornar às lavouras, as caixas de madeira podem contaminar as plantações com doenças vegetais, além de contribuir para o aumento das perdas.

Mas o preço relativamente mais baixo da caixa usada de madeira, em torno de R\$ 2, acaba gerando preferência entre os usuários, já que a embalagem plástica é comercializada aproximadamente a R\$ 15. Mas como os produtos são comercializados junto com as embalagens, os produtores rurais precisam adquirir novos volumes a cada dia de mercado. Já as embalagens plásticas duram até cinco anos e, com o sistema de Bancos de Caixas, há um rodízio constante entre produtores rurais, atacadistas e varejistas. A longo prazo,

portanto, a alternativa do material plástico acaba sendo mais econômica para os usuários das Ceasas.

É fato também que a utilização das embalagens plásticas permite a higienização do recipiente, além de proporcionar a maior segurança alimentar, tanto para o consumidor, quanto para o comerciante.

BANCOS DE CAIXAS NAS CEASAS

Atualmente, existem Bancos de Caixas nos entrepostos de Uberlândia, Goiânia, Curitiba, Campinas, Porto Alegre e Recife. De modo geral, o sistema utiliza a lógica de créditos do vale-caixa, que promove a rotatividade das embalagens plásticas. Assim que entra no entreposto, o comprador passa pelo Banco e deixa um determinado número de embalagens, o que lhe dará direito ao vale-caixa. De posse dele, o comprador adquire mercadorias no entreposto e repassa o vale ao lojista ou produtor rural. Quem recebe o vale pode trocá-lo no Banco de Caixas, o qual irá entregar os recipientes já higienizados. Na Ceasa do Rio Grande do Sul, o sistema foi aprimorado com a implantação de cartões similares aos utilizados nas compras de crédito e débito do comércio tradicional.

Ao retirar as caixas nos Bancos, os produtores rurais ou atacadistas pagam de R\$ 0,35 a R\$ 0,40 por recipiente higienizado.

CEASA/RS

Segundo o gerente operacional da Ceasa/RS, Paulo Regla, o Banco de Caixas na central não está funcionando com plena capacidade. Segundo Regla, realmente há uma resistência para a mudança. Hoje o Banco está trabalhando com 30% de sua capacidade. Tal resistência, de acordo com Regla, vem principalmente dos permissionários. O principal argumento deles é que não há por parte da Instrução Normativa 009 uma exigência legal para que todas as Ceasas façam uso das caixas plásticas.



Ceasa PE / Divulgação

Central de Embalagens da Ceasa Pernambuco, cuja meta é atingir 100% de implantação da mudança de caixas até o fim do primeiro semestre

CEASA/CAMPINAS

O giro das caixas plásticas é de 1,8 milhão de unidades. Desse volume, 2/3 são de madeira, ou 1,2 milhão de embalagens. Na unidade paulista, o uso das caixas de plástico propiciou, entre outras vantagens, a menor contaminação por pragas e outras doenças vegetais. De acordo com a assessoria de comunicação da Ceasa Campinas, a previsão é de que a partir de setembro a substituição das demais caixas deva ocorrer naturalmente.

De acordo com o gerente de Mercado de Hortifrutis da Ceasa Campinas, Laurismaradno Morais da Fonseca, haverá cinco tipos de caixas-padrão da Ceasa campineira, identificados por cores diferentes. A higienização das caixas é feita em cinco estágios, com temperatura da água de até 50 graus centígrados e produtos de sanitização. De acordo com ele, a tecnologia utilizada no Banco vai economizar 1.400 litros de gás por mês, pois vai usar energia solar para aquecer a água, e 300 mililitros de água por caixa higienizada, metade do gasto convencional.

“O sistema compreende mudanças de conceito e de cultura dos agentes envolvidos até mesmo por acarretar desembolso no primeiro momento. No entanto, temos trabalhado para conscientizar sobre a importância e as inúmeras vantagens que acabam reduzindo custos com embalagem mais durável, menores perdas, menor necessidade de estoque de caixas, etc.” explica Fonseca.

UBERLÂNDIA

O Banco da unidade da CeasaMinas-Uberlândia foi pioneiro no estado, sendo implantado em 2004. Na avaliação do presidente da Associação dos Produtores, Wendel Peixoto Carrijo, o sistema funciona perfeitamente e possibilita melhor higienização e garantia da qualidade para os produtos acondicionados. “Aqui, ninguém mais quer voltar ao uso das caixas de madeira”, afirma.

Na CeasaMinas de Contagem já foi aberto processo de licitação e escolhida a empresa responsável pela implantação do Banco de Caixas Plásticas no entreposto de Contagem. A CAA Consultoria e Auditoria Ambiental Ltda. tem até o final do ano para concluir a primeira etapa do projeto, que será executado em uma área de 2500 m² de galpão.

Segundo previsto no contrato, ainda serão construídos mais 2500 m² até o final de 2011 e, conforme a demanda do mercado, mais 5000 m². No galpão do Banco, estão previstas estruturas como uma central de higienização, o controle dos vales-caixa, além da venda e do aluguel das embalagens. A estimativa é de que o Banco inicie suas atividades com um giro de 300 mil caixas por mês.

DESAFIO É INTEGRAR OS BANCOS

Para as Ceasas maiores, no entanto, o grande desafio a ser superado é o custo adicional do chamado frete de retorno, para o transporte das caixas vazias pelos compradores até os entrepostos. Para compradores que abastecem mercados de longa distância, o custo do frete tornaria inviável o sistema, de acordo com o chefe da Seção de Agroqualidade da CeasaMinas, engenheiro agrônomo Joaquim Oscar Alvarenga.

A solução, segundo Alvarenga, poderia ser a integração entre os Bancos com a utilização de um sistema com embalagens e vale caixa/cartão magnético padronizados e controle de estoque dessas embalagens. Com isso, um comprador da Bahia, por exemplo, poderia deixar um determinado volume de caixas vazias no banco da Ceasa de Salvador. Esse crédito seria válido para todos os demais

Bancos do país. Ao comprar mercadorias na Ceasa de São Paulo, por exemplo, o mesmo comprador entregaria apenas o vale-caixa ao produtor ou atacadista, que teriam como trocá-lo no próprio entreposto paulista.

A experiência da CeasaMinas-Uberlândia tem sido bem sucedida, dentre outros fatores, por se tratar de um mercado regionalizado, que abastece, em geral, cidades a até 300 quilômetros de distância. “Nesses casos, o frete de retorno das caixas vazias de plástico não é impeditivo”, explica Alvarenga.

O financiamento para aquisição dos novos recipientes e a redução de tributos são outros desafios para viabilizar a mudança do padrão atual de caixas. Alvarenga ressalta que a existência dos Bancos não eliminaria o papelão, que deve ser reciclado, e a madeira, a qual seria do tipo laminado, de apenas um uso, de acordo com as características de cada alimento.

No Banco de Caixas de Campinas, o giro é de 1,8 milhão de embalagens



Ceasa Campinas / Divulgação



FRUGAL

IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.

A Frugal é uma conceituada distribuidora e atacadista de frutas e legumes nacionais e importados.

Pavilhão HFB – Box 77 – CEAGESP – SP
(11) 3643 8933
www.frugalfrutas.com.br



FERRAMENTA CONTRA O DESPERDÍCIO E A FOME



SAIBA POR QUE AS CEASAS VÊM SE TORNANDO LOCAIS ESTRATÉGICOS PARA INSTALAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS

POR ANA FLÁVIA CASTRO E VERLAN ANDRADE

O ano de 2010 será lembrado de modo muito especial por todos o que lidam no combate à fome. No dia 5 de março, a alimentação passou a constar oficialmente como um dos direitos sociais no artigo 6º da Constituição Federal, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Apesar da relevância do tema, a alimentação não estava incluída como direito social, como estavam a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A emergência da alimentação dentro da CF reforça a importância de um dos principais programas em desenvolvimento para garantir o acesso a refeições de qualidade e em quantidade adequadas: os Bancos de Alimentos. Nesse contexto, as Ceasas surgem como locais estratégicos para implantação desses programas.

Nos 27 Bancos de Alimentos instalados em Ceasas, os produtos não-comercializáveis mas próprios para consumo são selecionados e distribuídos para entidades filantrópicas como creches, casas de abrigo e asilos.

Prodal Banco de Alimentos da CeasaMinas atingiu em 2009 o recorde histórico de 1,46 milhão de quilos de produtos não comercializáveis mas próprios para consumo



Segundo o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Marcelo Piccin, os Bancos de Alimentos atualmente representam um papel que vai além do combate ao desperdício. Esses projetos, segundo ele, vêm promovendo, para as comunidades e entidades, palestras e cursos de educação alimentar e geração de renda.

Trata-se de um modelo desenvolvido, por exemplo, em Ceasas como a do Rio Grande do Sul, através do Programa Coma Bem. Desenvolvido desde 2007, em parceria com empresas e voluntários, o programa beneficia entidades assistenciais e comunidades carentes. Segundo a Ceasa RS, em média, são destinadas 70 toneladas de alimentos por mês a entidades cadastradas, as quais são responsáveis pela distribuição para instituições e para famílias assistidas pelo programa.

As doações de alimentos de produtores rurais e atacadistas são repassadas para 278 instituições sociais. Além de hortigranjeiros, a lista de produtos inclui também pães e proteína de soja. Também são distribuídos os mesmos itens a 180 famílias carentes dos bairros próximos à Ceasa. No total, mais 30 mil pessoas são beneficiadas pelo Coma Bem.

De acordo com a nutricionista do programa, Sabrina Kern, o principal foco do

programa é a educação. O Coma Bem promove cursos de educação alimentar, higiene pessoal e de alimentos, estimulando práticas de alimentação saudável e segura, por meio de um ônibus-escola, para atender às demandas dos municípios solicitantes. O público-alvo são merendeiras e comunidades carentes. No final, depois de degustarem as receitas, as alunas recebem um certificado de participação e um livro do programa com receitas e dicas sobre higiene.

Pioneirismo de Santo André

O programa Banco de Alimentos tem sua primeira experiência efetivamente brasileira em 2000, na prefeitura de Santo André/SP. O sucesso do empreendimento logo se espalhou e foi implantado por outras prefeituras e entidades do país. O programa, gerenciado pela Ceasa do município (Craisa) recebe, além de hortigranjeiros, grãos, carnes, iogurtes e panificados, "todos alimentos úteis para a alimentação do dia a dia, tudo com valor nutricional suficiente e de consumo nacional", conta Adriana Coutinho, supervisora de Segurança Alimentar, que vê Santo André como referência em Banco de Alimentos. O Banco de Santo André atende em média 33 mil pessoas, entre instituições e atividades espalhadas pelo município.

Já o Banco de Alimentos de Campinas

(SP) beneficia em torno de 45 mil pessoas, e doou em 2009 mais de 1.990 toneladas de alimentos. Com todos os crescentes dados, desde a criação do banco em 2003, Elizabeth Chaves, coordenadora do Banco de Alimentos de Campinas, espera alcançar muito mais.

Origem nos EUA

A realidade de carência nutricional que procura ser modificada pelos agentes que atuam nos programas de segurança alimentar se aproxima do contexto que deu origem ao primeiro Banco de Alimentos, nos anos 60, na cidade do Phoenix, nos Estados Unidos. O projeto surgiu com um voluntário assistencial, John van Hengel, depois que ouviu o depoimento de uma mãe de nove filhos, esposa de um presidiário. Ela contou que somente alimentava a família com sobras de produtos de supermercados. Van Hengel, com a ajuda de amigos voluntários, organizou uma coleta de alimentos nos supermercados de Phoenix e criou em 1967 o primeiro Banco de Alimentos, o chamado St. Mary's Food Bank.

A ideia logo recebeu apoio e incentivos governamentais e se espalhou pelos EUA. Estima-se que existam mais de 200 deles, que formam a rede America's Second Harvest e atendem a mais de 23 milhões de estadunidenses.



Projeto Coma Bem utiliza um ônibus-escola onde oferece aulas de educação alimentar, higiene pessoal e de alimentos para merendeiras e comunidades carentes



Verlan Andrade

Ceasas são estratégicas para o programa

Entrepósitos devem se constituir em referência para os demais Bancos de Alimentos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apoia 104 Bancos de Alimentos em todo o Brasil, geridos por Ceasas, municípios e estados. Os Bancos de Alimentos também têm apoiado programas de aquisição de alimentos, como o PAA coordenado pela Conab. Nesse caso, a Conab adquire os produtos de agricultores familiares e repassa para os Bancos de Alimentos, que são responsáveis por selecionar e distribuí-los para às entidades filantrópicas cadastradas. “É pelo Banco de Alimentos que são integradas ações de promoções da agricultura familiar, da saúde, da educação e da assistência social”, explica Piccin.

As Ceasas desempenham papel estratégico na estruturação dos Bancos de Alimentos. De acordo com Piccin, as Ceas

as devem aprofundar seu papel de grandes Bancos Centrais cuja função seja especializar-se na captação das doações e manter abastecidos os Bancos de Alimentos municipais já em funcionamento na região metropolitana. “Hoje, já atuamos assim, por exemplo, com a CeasaMinas, Ceagesp e Ceasa-PR. No entanto, necessitamos aumentar a estrutura física destes bancos e dotá-los de maior estrutura de logística. Essa é uma meta para 2010.”

O MDS fiscaliza os Bancos de Alimentos mediante convênios e contratos formalizados por meio de relatórios e visitas técnicas, além de relatórios mensais de atividades com o volume de alimentos arrecadados, distribuídos e número de entidades e pessoas atendidas.



Programa na Craisa também realiza doação de pães

O que muda para uma entidade beneficiada?

Melhoria na relação de peso e altura e aumento de nutrientes estão entre os resultados do Prodal Banco de Alimentos

É praticamente consenso que as doações sobretudo de frutas e hortaliças são capazes de melhorar vários aspectos nutricionais e a saúde dos públicos atendidos. Mas são raras as pesquisas que avaliam, com base em critérios científicos, os reais impactos de um Banco de Alimentos na vida dos beneficiários das entidades filantrópicas. Para conhecer melhor esses resultados, três universitárias de Nutrição da Faculdade UNA de Belo Horizonte concluíram um trabalho acadêmico no qual compararam a situação de uma entidade antes e depois de começar a receber as doações do Prodal Banco de Alimentos do entreposto de Contagem da CeasaMinas.

A creche pesquisada atende crianças de 1 a 6 anos de uma comunidade carente do Município de Ibirité, da Região Metropolitana de BH. Conforme explica a estagiária de Nutrição do Prodal, Sandra Vieira Nolasco, a equipe utilizou dois métodos: avaliação antropométrica (peso e altura) e dietética do cardápio oferecido pela creche antes e depois das doações do Banco de Alimentos. A análise da avaliação antropométrica foi baseada nos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS 2006/2007).

Os resultados comprovaram que o programa gerou impactos positivos para o público atendido. Segundo Sandra, 40 dias após o cadastramento no Banco de Alimentos, foi constatada uma melhora nos valores do estado de eutrofia (normal) dos índices de peso/idade, peso/estatura e Índice de Massa Corporal (IMC)/idade, nas 45 crianças avaliadas.

“Após as doações de alimentos observou-se a ausência do baixo peso, diminuição do risco de baixo peso e um aumento no risco de sobrepeso; acredita-se que esse aumento seja devido à alimentação realizada fora da creche ou da própria transição nutricional, pois os alimentos doados são basicamente frutas e hortaliças”, explica.

Já na avaliação dietética, as estudantes observaram que as doações do programa também propiciaram variabilidade do cardápio, possibilitando atingir a adequação de micro e macronutrientes. Foi avaliado o valor calórico total (VCT) e os nutrientes: vitaminas A e C, cálcio, ferro, proteínas, carboidratos e lipídios, pois a deficiência destes nutrientes naquela faixa etária contribui para prejuízos no crescimento e desenvolvimento além de propiciar problemas de saúde pública.

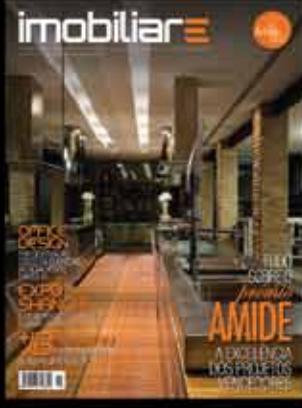
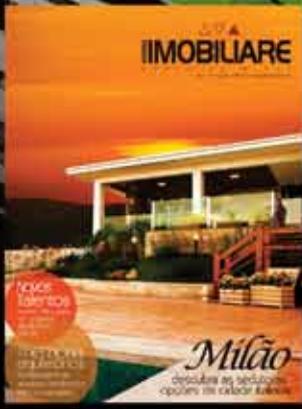
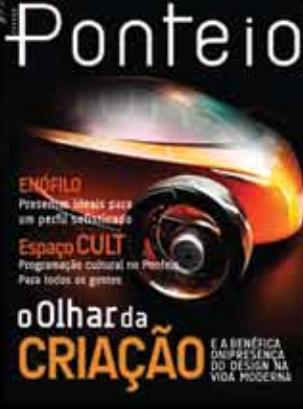
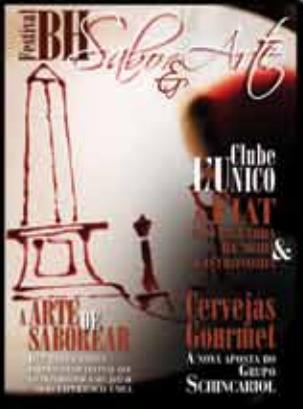
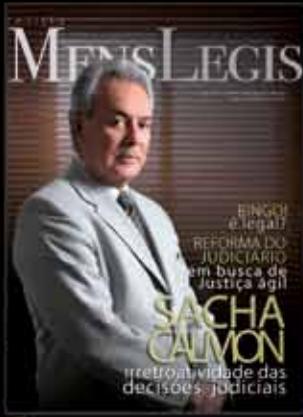
“Os níveis de vitamina A, por exemplo, estavam abaixo da EAR (estimativa média recomendada) e após as doações ficaram acima da recomendação”, resalta Sandra.

O trabalho foi realizado pelas estudantes Sandra Aparecida Vieira Neiva Nolasco, Bruna Carla Silveira e Valéria Aparecida Alves Lopes, todas do último período de Nutrição. O trabalho ainda teve como orientadora a professora da UNA, Michelle Pereira Netto, e como co-orientadora Fabiana Maria da Costa, nutricionista do Prodal Banco de Alimentos.

O Prodal doou, de 2002 até 2009, aproximadamente 7 milhões de quilos, atendendo atualmente cerca de 70 mil pessoas.

ad2 editora

Evoluindo com VOCÊ





EM BUSCA
DE UM

NOVO NORTE



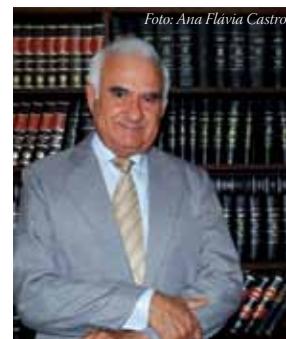


Foto: Ana Flávia Castro

Para o professor Mendes, renovação de contratos deve se basear no bom desempenho dos operadores

ANTEPROJETO DE LEI ESPECÍFICA DAS CEASAS BUSCA ABRIR ESPAÇO PARA UM NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SETOR DE ABASTECIMENTO, VIABILIZAR A EXPANSÃO E NOVOS INVESTIMENTOS NOS ENTREPÓSITOS, ALÉM DE DAR MAIS SEGURANÇA JURÍDICA AOS OPERADORES DE MERCADO

POR VERLAN ANDRADE

“**T**uma ferramenta para propiciar a modernização e expansão dos entrepostos de abastecimento de todo o país.” É assim que o advogado e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Vicente de Paula Mendes, define o anteprojeto de lei específica para as Ceasas, cujo texto deve ser debatido ainda neste primeiro semestre no Congresso Nacional. Doutor em Direito Público, Mendes foi um dos principais condutores do processo de construção da proposta de lei ao longo dos últimos quatro anos, junto com entidades representativas de usuários e dirigentes das Ceasas.

Em abril de 2009, o texto inicial do anteprojeto ficou sob a responsabilidade de uma comissão coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) composta por técnicos do próprio órgão, além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Confederação Brasileira de Associações e Sindicatos de Comerciantes em Entrepostos de Abastecimento (Brastece) e Abracen.

Entregue ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em outubro de 2009 para análise jurídica do Mapa, a proposta foi encaminhada à Casa Civil, que deve remeter o texto como projeto de lei para apreciação na Câmara dos Deputados e do Senado, e posterior sanção do presidente da República.

Com a aprovação do texto, ficará criado o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros (Planhort), cuja coordenação será do Mapa. Já a execução do Planort será de responsabilidade da Conab. A lei terá validade apenas para as Ceasas públicas que aderirem voluntariamente ao plano.

Embora congreguem cerca de 10,6 mil empresas, 21,5 mil produtores, gerem 200 mil empregos diretos, e movimentem cerca de R\$ 17 bilhões ao ano, os entrepostos do

país ainda carecem de um marco regulatório específico no setor de abastecimento agroalimentar.

Com o Planhort, o Mapa volta a ter papel decisivo na regulamentação e coordenação da política nacional de abastecimento. Isso porque, a partir das diretrizes básicas fixadas na lei, o Mapa editará normas uniformes sobre questões como a seleção de empresas, duração de contratos, tarifas, aproveitamento de perdas e uso adequado de embalagens.

DIRETRIZES

Segundo o professor Mendes, a estratégia foi definir no anteprojeto apenas as normas gerais, diretrizes e princípios, que serão objeto de regulamentos mais minuciosos e flexíveis, que serão gradativamente aperfeiçoados sem a necessidade de alteração na lei. “Essa é uma tendência moderna, já adotada no Brasil com as agências reguladoras, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários”, explica.

Outro exemplo pode ser tomado em relação aos prazos dos contratos. O anteprojeto determina que o Mapa deverá editar, após a aprovação da lei, diretrizes básicas sobre o tema, estabelecendo prazos adequados de duração dos contratos e condições para sua prorrogação periódica. Mas, conforme explica Mendes, não caberá ao Ministério “fixar prazos para cada entreposto. As diretrizes do Mapa devem estabelecer parâmetros, ou seja, prazos mínimos e máximos, e regras para sua renovação.”

O professor Mendes lembra ainda que as normas a serem editadas pelo Mapa servirão como diretrizes para os Regulamentos de Mercado de cada entreposto, os quais contemplam as peculiaridades regionais.



“

**COM A LEI, O MAPA
VOLTA A SER DECISIVO
NA REGULAMENTAÇÃO
DO SETOR**

”



Proposta de lei poderá viabilizar novas Parcerias Público-Privadas, essenciais para expansão dos entrepostos

▶ INVESTIMENTOS PRIVADOS NA MIRA

PROPOSTA É ELIMINAR O PISO DE R\$ 20 MILHÕES PARA PPPS E REVITALIZAR A CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO

A expectativa principalmente dos dirigentes das Ceasas é de que a nova lei traga as condições para a tão esperada expansão e revitalização física dos entrepostos, por meio de novas parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

O anteprojeto busca solucionar a questão determinando que as Parcerias Público-Privadas (PPPs) para construção de novos entrepostos públicos ou adequação, revitalização e ampliação das unidades nas Ceasas possam ser firmadas com valor inferior a R\$ 20 milhões.

Conforme explica Vicente de Paula Mendes, o anteprojeto cuidou também de revitalizar o instituto da concessão de direito real de uso (Decreto-Lei 217/67), para viabilizar investimentos privados no setor. Essa modalidade de concessão possibilitou, por exemplo, a expansão do entreposto de Contagem da Ceasa Minas, no início da década de 80.

À época, a Administração da CeasaMinas fechou um acordo com os empresários para construção de novos pavilhões. Como contrapartida, as empresas receberam isenções nas tarifas de uso (aluguéis) até o retorno dos valores investidos. Cerca de 67% das instalações do entreposto atual de Contagem foram erguidas dessa maneira. Hoje a unidade é considerada a mais diversificada do país e a segunda em volume ofertado.

O tema da expansão e da falta de novos investimentos pre-ocupa de fato o setor. No diagnóstico sobre as Ceasas apresen-

tado pela Conab no fim de 2009, a infraestrutura insuficiente está entre os principais entraves do sistema, na avaliação dos 47 dirigentes entrevistados.

Na avaliação do consultor da Ceasa Ceará e um dos maiores especialistas do país em centrais de abastecimento, Ivens Mourão, recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão já seriam suficientes para revitalizar os entrepostos nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo no Brasil de 2014. Isso não representa mais que 1% de todos os recursos já previstos para o evento nas demais áreas. (Leia mais sobre investimentos no artigo da pág. 70).

▶ FUNDOS

Além de parcerias com a iniciativa privada, outra opção para os investimentos nos entrepostos prevista no anteprojeto é a criação de fundos especiais provenientes das tarifas de uso (aluguéis), transferências, publicidade e dotações orçamentárias. A determinação de que o Poder Executivo inclua no orçamento anual da União os recursos necessários para execução do Planhort (artigo 8º) é mais uma das novidades trazidas pelo texto.

▶ ALTERNATIVA À LEI DE LICITAÇÕES

CRITÉRIOS DEVERÃO PRIORIZAR ASPECTOS COMO O DESEMPENHO DOS USUÁRIOS

Outra mudança proposta pelo anteprojeto é a criação de procedimentos específicos para seleção dos operadores de mercado, fora do âmbito da Lei Geral de Licitações (8666/93). A proposta é incluir na Lei 8666/93 mais uma

hipótese de dispensa de licitação, para os casos de “contratos de concessão de direito real de uso, concessão ou permissão de uso, sua transferência ou prorrogação, de imóveis edificadas ou não, em entrepostos de abastecimento alimentar integrantes do Planhort e pertencentes ao Poder Público ou a suas entidades”, observadas as diretrizes básicas do Mapa.

Em documento entregue ao ministro Reinhold Stephanes, a comissão responsável por concluir o anteprojeto destaca que a Lei de Licitações é inadequada para as novas necessidades da Administração, sobretudo em relação à “eficiência da seleção, na preservação do interesse público e no resguardo da moralidade administrativa”.

Mendes ressalta que hoje para ocupar uma área nas Ceasas, o vencedor será aquele que fizer o maior lance, sem mesmo considerar se a atividade da empresa vencedora é compatível com a finalidade de um entreposto de abastecimento alimentar, ou adequada para aquele pavilhão ou área específica.

MAIS SEGURANÇA JURÍDICA

A lei buscará também garantir mais segurança jurídica aos empresários instalados nas Ceasas. A orientação do anteprojeto é de que todo contrato deva ter prazo determinado e adequado ao desenvolvimento regular dos negócios. “Quem tiver de sair porque

MLP da CeasaMinas em Contagem: proposta prevê espaços preferenciais para o produtor rural



Thiago Venturini/CeasaMinas

o contrato venceu levaria consigo o próprio negócio, criando um movimento contrário à ideia que inspirou a criação dos entrepostos,” destaca Mendes.

Por isso, além de prazos adequados, a proposta de lei destaca a importância da renovação dos contratos mediante critérios de avaliação de desempenho dos operadores de mercado, a serem editados pelo Mapa. “A renovação não deve ser automática; daí a necessidade de estabelecer as condições em que ela deve ocorrer”, define um documento à parte, encaminhado pela comissão ao ministro Stephanes.

A sugestão dos técnicos é que a avaliação de desempenho seja realizada por mais de um órgão, incluindo representantes eleitos pelos avaliados, entre outras características.

PENDÊNCIAS

A expectativa é de que, aprovada a lei, os comerciantes com contratos antigos deverão assinar novos documentos com base nas novas regulamentações editadas pelo Mapa tratando, por exemplo, dos prazos e renovações. Com isso, ficarão solucionadas algumas pendências de comerciantes, como a que ocorreu no entreposto de Contagem.

Em agosto de 2005, após realizar auditoria na empresa, o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou que todos os contratos existentes já estavam vencidos. O TCU determinou que a CeasaMinas realizasse no prazo de 365 dias licitações em todos os contratos considerados irregulares pelo órgão, visando a atender à Lei 8666/93. “Se a CeasaMinas tivesse de licitar, pelos critérios da Lei 8666/93, de maior preço, todas as lojas, teríamos outra realidade no entreposto, com seu completo desvirtuamento, ou esvaziamento”, explica Mendes.

Após um processo de mobilização que envolveu várias entidades públicas e privadas ligadas ao abastecimento, a solução veio com um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a CeasaMinas e o Ministério Público Federal. Com o TAC, as empresas que tinham contratos antigos regularizaram sua situação, assinando sua permanência com prazo de 20 anos.

Mas em quase todos os demais entrepostos, a situação ainda é crítica, sendo motivo de preocupação e insegurança jurídica.

REGRAS PARA SELEÇÃO

Sem depender dos critérios previstos na Lei 8666/93, o grande desafio passa a ser criar novas regras para seleção dos operadores de mercado. Isso porque a dispensa da licitação prevista no texto só terá efeito após a publicação das normas regulamentadoras pelo Mapa, tratando, por exemplo, dos critérios de escolha, prazos adequados e condições de prorrogação.

Os princípios para nortear a seleção já foram sugeridos pela própria comissão do anteprojeto. O principal deles é a valorização da qualidade dos proponentes, em vez da escolha pelo maior lance, como ocorre atualmente em boa parte das licitações. Os técnicos sugerem que os novos critérios devem priorizar “a experiência dos operadores de mercado, seu desempenho, adequação do perfil de sua atividade aos interesses do entreposto, o zoneamento, a necessidade de expansão, o compromisso do proponente com o cumprimento de determinadas políticas públ





O QUE PREVÊ O ANTEPROJETO DE LEI

Estabelecimento de diretrizes gerais – A estratégia do anteprojeto é inserir princípios básicos, cuja aplicação deverá ser regulamentada mediante portarias e decretos sob a responsabilidade do Mapa, possibilitando mais flexibilidade à legislação.

Criação do Planhort – A lei que institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros (Planhort) terá a coordenação do Mapa e execução da Conab. Terá validade apenas para as Ceasas públicas que aderirem voluntariamente ao plano.

Restabelecimento da União como coordenadora geral – Através do Mapa, a União volta a deter maior responsabilidade sobre as políticas para o setor hortigranjeiro, sobretudo por meio da edição de regulamentos específicos sobre temas diversos.

Espaço para o produtor rural – o texto prevê que as Ceasas reservem espaços destinados preferencialmente aos produtores rurais.

Novas regras para seleção de usuários, transferência e renovação de contratos – A Lei Geral de Licitações (8666/93) deixa

de reger a seleção, prorrogação e transferências dos contratos de concessão de direito real de uso, concessão e permissão nos entrepostos públicos inseridos no Planhort. No entanto, essa dispensa de licitação tradicional só será possível após a edição de normas regulamentadoras pelo Mapa, tratando dos critérios de seleção, renovação, etc.

Valorização do desempenho dos operadores de mercado – O anteprojeto determina que o Mapa deverá criar critérios básicos para avaliação de desempenho dos operadores, possibilitando fornecer referências para renovação periódica de contratos.

Tarifa social – Uma das novidades é criação nos entrepostos da Tarifa Social mediante a qual todos os usuários, indistintamente, contribuirão para manutenção de serviços comuns, de interesse coletivo e social, como educação de jovens e adultos, proteção à infância e bancos de alimentos, etc. Alguns desses serviços são mantidos por parceria das Ceasas com associações ou sindicatos de comerciantes, e não por todos os usuários. O anteprojeto mantém a tarifa de uso (aluguel) e tarifa de serviço (rateio de despesas comuns).

Mais legitimidade para os regulamentos de mercado – Cada entreposto poderá editar seu regulamento de mercado, cujas normas devem estar dentro das diretrizes gerais do governo federal.

Usos permitidos e tolerados e cláusulas obrigatórias dos contratos – O anteprojeto determina que o Mapa edite regulamentos tratando dessas questões.

Condições gerais para ressarcimento de benfeitorias – O texto determina que o assunto seja objeto também de regulamentação pelo Mapa.

Outros temas que devem ser regulamentados posteriormente pelo Mapa, de acordo com a determinação do anteprojeto: medidas para assegurar a livre concorrência e a adequada formação de preços e defesa do consumidor; regras para gestão compartilhada de serviços comuns como limpeza, segurança e conservação; exigências mínimas visando aspectos como a preservação ambiental e destinação de efluentes e lixo; normas para uso adequado de embalagens; medidas para conservação, classificação, padronização, certificação de produtos e rastreabilidade; ações para redução de perdas e manutenção de bancos de alimentos.



ENTREVISTA

UM MODELO PÚBLICO-PRIVADO PARA GUIAR A EVOLUÇÃO DO MERCADO

O presidente da Ceasa Goiás, Edvaldo Cardoso, foi o representante da Abracen na comissão que encaminhou o anteprojeto de lei para o ministro da Agricultura. À frente da estatal goiana, Cardoso conduziu a regularização de 100% das áreas de galpões permanentes, propiciando mais segurança jurídica aos operadores de mercado. Nesta entrevista, ele explica os principais impactos da proposta de lei, como a valorização da parceria com a iniciativa privada: “Fica claro, a partir da minuta do projeto de lei, que o modelo a ser seguido é o público-privado, uma evolução essencial para a consolidação dos mercados de abastecimento”.

A comissão coordenada pelo Mapa para finalizar o texto tomou como ponto de partida a junção de duas propostas básicas: uma da Abracen e outra dos empresários, representados pela Brastece. Como o sr. avalia a importância dessas duas instituições para conclusão do texto final?

A participação destas duas instituições foi fundamental, sendo revestida de um caráter que norteia inclusive o modelo de mercado de abastecimento no Brasil. Ou seja, fica claro, a partir da minuta do projeto de lei, que o modelo a ser seguido é o público-privado, uma evolução essencial para a consolidação dos mercados brasileiros de abastecimento. A Abracen e a Brastece conseguiram mobilizar amplamente todos os atores relevantes para o mercado de abastecimento.

Quais, na sua avaliação, serão os principais impactos do anteprojeto?

Teremos no curto prazo um impacto legal extremamente importante, já que estabelecerá novo modelo de entrada de operadores no mercado, regularizando assim uma demanda histórica de todo o segmento, e criando desta forma um ambiente de segurança jurídica essencial para que a iniciativa privada faça os investimentos necessários. Por outro lado procura-se definir parâmetros nacionais que servirão de norte aos regulamentos de mercado das Ceasas, unificando e preservando as especificidades locais e regionais. Outro destaque é o caráter de responsabilidade alimentar no anteprojeto de lei, garantindo o abastecimento dos produtos típicos de Ceasas, abrindo oportunidade de ampliação do mix e também estabelecendo parâmetros de responsabilidade social, por meio, por exemplo, do apoio a programas de combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Além de todos estes avanços, merece ainda ser destacada a possibilidade de as Ceasas receberem recursos do orçamento da União, por intermédio da Conab, ação que propiciará a retomada de investimentos estruturais nos mercados de abastecimento.

Segundo as recomendações incluídas nas Notas Explicativas do anteprojeto, quem faz abastecimento não é o governo, são os operadores de mercado. Qual então deve ser o papel do governo neste setor?

Caberá às estruturas públicas o papel de indutoras do desenvolvimento do setor, propiciando aos investidores privados a oportunidade de investimento em um segmento organizado e com regras estáveis. Também cabe às Ceasas um papel essencial, relacionado à



Iris Roberto / Ceasa GO

Presidente da Ceasa-Goiás, Edvaldo Cardoso, aposta na parceria público-privada como forma de evolução do setor.

agroqualidade e à segurança alimentar, desempenhando um papel de fiscalização que objetiva, além do atendimento às normas de sanidade vegetal, classificação e padronização, garantir condições isonômicas aos operadores de mercado.

Como a Ceasa de Goiás mais especificamente poderá se beneficiar da ampliação do limite para as PPPs e da revitalização do Decreto 271/67? A estatal goiana possui áreas para expansão? Quais investimentos são prioritários?

Temos uma grande expectativa quando à efetivação dos pontos tratados no projeto de lei. Alguns avanços já são sentidos. Seguindo o modelo iniciado pela CeasaMinas, conseguimos regularizar 100% das áreas de galpão permanente, propiciando aos atuais operadores a assinatura de um contrato de concessão pelo período de 15 anos, podendo ser renovado por igual tempo. A utilização das PPPs trará avanços ao permitir que a iniciativa privada invista seguindo as características próprias deste segmento de mercado. Felizmente a Ceasa-GO possui uma área de ampliação considerável. Nossa localização geográfica, a facilidade de acesso e a interligação futura com a ferrovia norte-sul, via cidade de Anápolis, propiciam um cenário futuro extremamente interessante, ainda mais quando o estado de Goiás experimenta crescimento acima da média nacional. A Ceasa-GO está localizada em uma área total de 78 hectares (cerca de 780 mil m²). Nossa prioridade estratégica para o biênio 2010/2011 é investimento em infraestrutura, elétrica e de pavimentação asfáltica, e também ampliação do mix de produtos, com prioridade para o segmento atacadista de secos e molhados.



UMA
NOVA
ALIADA NO
**CONGRESSO
NACIONAL**

POR VERLAN ANDRADE E ALESSANDRO CONEGUNDES



Uma entidade que congregue todas as correntes de opinião política em defesa do setor de abastecimento agroalimentar. Essa é a promessa da Frente Parlamentar em Defesa das Centrais de Abastecimento Interno (FPDCAI), criada no fim de 2009 no Congresso Nacional. A Frente tem tudo para desempenhar um papel estratégico, principalmente quanto à discussão e aprovação do anteprojeto de lei específica para o setor tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Na avaliação do presidente da Abracen, João Alberto Paixão Lages, a Frente legitima o conceito segundo o qual as Ceasas são instrumentos para uma política pública de abastecimento.

A criação da Frente foi possível com uma mobilização que envolveu dirigentes de várias Ceasas do país. Foram reunidas 198 assinaturas de deputados e senadores, número regimental suficiente para o estabelecimento da entidade.

Segundo o autor da proposta, deputado federal Silas Brasileiro (PMDB/MG), as centrais de abastecimento assumem um papel fundamental em um momento de emergência do Brasil como grande potência mundial. “Somos o celeiro do mundo. As Ceasas são fundamentais para a comercialização de nossa produção, além de manterem vivas tradições brasileiras marcantes.”



Agência Câmara

Frente Parlamentar das Ceasas terá papel estratégico nas discussões sobre o anteprojeto de lei específica do setor de abastecimento



Carlos Silva – ACS/GM

Deputado Silas Brasileiro é autor da proposta

OBJETIVOS

Os principais objetivos da Frente são estimular e auxiliar a formulação de políticas públicas para o abastecimento interno, logística de transporte e de armazenagem, tendo como forma de apoio os mecanismos de política agrícola e sustentação de preços para o produtor rural, contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio nacional.

A Frente busca ainda acompanhar a política de abastecimento interno, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade; acompanhar e auxiliar na formulação da comercialização dos produtos integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, bem como nos

programas implementados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, destinados à comercialização e formação de estoques.

Deverão também, sob a iniciativa da entidade, ser promovidos debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento do abastecimento interno, infraestrutura e logística. Nessa mesma linha de atuação, será estimulado o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países e estimulada a modernização dos processos de gestão técnica-operacional e administrativa das Ceasas.

RETOMANDO AS RÉDEAS DO

ABASTECIMENTO

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO MERCADO HORTIGRANJEIRO (PROHORT) BUSCA RETOMAR PAPEL DO GOVERNO FEDERAL EM ORIENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS CEASAS. SISTEMA JÁ OFERECE ACESSO A INFORMAÇÕES INTEGRADAS DE 33 MERCADOS ATACADISTAS

POR VERLAN ANDRADE E ALESSANDRO CONEGUNDES



CEASAS QUE FORAM INSERIDAS NO SIMAB EM 2008/2009

ESTADO	CEASAS
ACRE	Ceasa Rio Branco
ESPÍRITO SANTO	Ceasa Espírito Santo
GOIÁS	Ceasa Goiás
MINAS GERAIS	Contagem, Barbacena, Caratinga, Governador Valadares, Itajubá, Juiz de Fora, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia, Uarginha
PARANÁ	Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá
RIO DE JANEIRO	Ceasa Rio de Janeiro
SÃO PAULO	Ceasa Campinas, Ceasa Santo André Ceagesp: São Paulo, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba
TOTAL	33

Quando foi criado em 2005 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) pretendia retomar uma articulação que caracterizou o sistema das Ceasas até meados da década de 80. Até então, as informações de mercado e o conhecimento para projetar, construir e operar os entrepostos eram compartilhados sob a coordenação do governo

federal, dentro do chamado Sistema Nacional de Abastecimento (Sinac). O sistema integrava 21 Ceasas.

Com o desmonte do Sinac, cada Ceasa passou a ter caminhos próprios de modo desarticulado. "Tínhamos um Brasil e, da noite para o dia, passamos a ter 21 "brasis". Cada Ceasa passou a correr em raia própria e sempre em direções distintas", ressalta o especialista em entrepostos de abastecimento e consultor da Ceasa Ceará, Ivens Mourão.



FRUTAS SELECCIONADAS

FRUTAS SELECCIONADAS

FRUTAS SELECCIONADAS
Panarr

FRUTAS SELECCIONADAS
Panarr

Mourão destaca que na época do Sinac as centrais funcionavam com uma única diretriz e havia o chamado vaso comunicante, possibilitando que todas conhecessem os acertos e evitassem a repetição de possíveis erros cometidos. Uma equipe multidisciplinar, sediada em Brasília, assessorava todos os entrepostos.

Com a iniciativa do governo federal de criar o Prohort, a expectativa do setor hortigranjeiro é de que o programa auxilie na modernização dos entrepostos a partir de uma visão sistêmica, sob a articulação da Conab.

O Prohort é coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que criou um setor específico para cuidar do programa: a Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Gehor). Atualmente, o Prohort conta com 33 mercados atacadistas que disponibilizam, pelo www.ceasa.gov.br, preços, procedência, oferta e valores comercializados.

Em outro banco de dados, também disponível na Internet, podem ser acessados preços médios diários de 48 produtos. Os técnicos da Conab ainda trabalham na ampliação do Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil (Simab), que inclui um relatório mais aprofundado, com uma série histórica de preços e

ofertas mais antiga.

A parceria com a CeasaMinas foi fundamental para o início do Simab, já que a estatal mineira cedeu os direitos de uso do software DetecWeb, o qual permite gerenciar em tempo real informações como preços, ofertas e procedências. Técnicos da CeasaMinas também capacitaram agentes em diversas centrais de abastecimento.

Objetivos Além de integrar as informações de mercado, o Prohort busca ao mesmo tempo modernizar os processos de gestão e serviços de apoio; estimular a agregação de tecnologia à produção; estimular a integração com as universidades; adequar e modernizar a infraestrutura e ampliar as funções das centrais.

A Conab tem firmado termos de cooperação técnica com os entrepostos para auxiliar na modernização de cada um, a partir das demandas específicas. Nesse sentido, a parceria com órgãos como centros de pesquisa e universidades é considerada estratégica para, dentre outras ações, transferência de tecnologias e implantação de boas práticas.

O diagnóstico da situação de 62 entrepostos do país, encomendado pelo Prohort (leia retranscrição nesta matéria) e apresentado no fim de 2009, também é considerado uma importante ferramenta para orientar as prioridades de modernização do setor.

Preço X oferta Um dos resultados esperados com o desenvolvimento do Prohort é a redução dos impactos das oscilações de oferta e preços no mercado hortigranjeiro. Segundo o diretor de Operações e Abastecimento da Conab, Rogério Colombini, as informações disponibilizadas para consulta podem refletir o comportamento dos mercados regionais, servindo de base para o planejamento de produtores, atacadistas, varejistas e os consumidores. “Assim, a tendência natural é reduzir a pressão sobre tais agentes, o que contribuirá para a normalidade do mercado e o equilíbrio dos preços nas regiões de influência dessas Ceasas”, destaca. (leia entrevista completa de Colombini na pág. 18)

Para Ivens Mourão, que prestou consultoria à Conab no início do Prohort, a principal dificuldade para o programa é a falta de um intermediário entre a Conab e as Ceasas, que possa contribuir para melhor aproveitamento do diagnóstico sobre as centrais. Já Rogério Colombini acredita que a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen) poderia ser um intermediário nas políticas de apoio ao setor junto ao governo federal. “A Abracen poderia sensibilizar os seus associados para uma grande modernização das suas estruturas e das respectivas gestões”, afirma.

Revitalização e embalagens são prioridades **Diagnóstico fornece um panorama das demandas e potencialidades das Ceasas**

A falta de uma política de investimentos, principalmente em infraestrutura, foi um dos principais problemas constatados no diagnóstico encomendado pela Conab junto a 62 entrepostos do país. “A idade média dos entrepostos é de 40 anos, e não houve nesse período um processo relevante de revitalização”, ressalta o consultor do Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) da Conab, Altivo Almeida Cunha, responsável pelo diagnóstico.

A pesquisa dividiu os entrepostos em quatro categorias, de acordo com o porte da comercialização em 2007. De acordo com os entrevistados das Ceasas maiores, os pontos mais críticos se referem a aspectos como asfaltamento e trânsito, classificação de produtos, reforma, vagas para

estacionamento e expansão. “Isso sinaliza para o estrangulamento da infraestrutura dos grandes entrepostos brasileiros”, explica Cunha. Segundo ele, o investimento em infraestrutura dos entrepostos atacadistas compreende também a construção de novos pavilhões, lojas, câmaras frias e demais ações de logística.

Para as pequenas e médias Ceasas, foram apontadas como mais problemáticas situações ligadas a frete e carregadores, ambulantes, atravessadores e sanidade de alimentos. “Esses aspectos refletem problemas relativos à estruturação de normas e serviços e a maior demanda por assistência técnica para solução destes aspectos”. Em relação à gestão das empresas, os principais fatores limitantes apontados foram

a ausência de fontes de recursos e as receitas baixas.

O levantamento foi realizado entre setembro de 2008 e julho de 2009. Em primeiro lugar na lista dos principais fatores limitantes das Ceasas está o uso de embalagens para hortigranjeiros.

Destaques Os dez maiores entrepostos do país respondem por 70% do total comercializado. São eles o entreposto de São Paulo (2,9 milhões de toneladas), do Rio de Janeiro (1,6 mi t), de Contagem (1,4 mi t), do Mercado do Produtor de Juazeiro (859 mil t), do Recife (840 mil t), de Goiânia (770 mil t), de Curitiba (691 mil t), de Campinas (646 mil t), de Cariacica (510 mil t) e de Porto Alegre (505 mil t).



MOMENTO PARA AVANÇAR



CARMO ROBILOTTA ZEITUNE
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL DA CEASA/ES

Para a grande maioria das CEASAS brasileiras se aproxima o limite para transpor quatro décadas de operacionalização de seus mercados, e um dos principais desafios a serem enfrentados é a qualificação dos serviços para torná-los progressivamente mais eficientes e eficazes no atendimento das demandas operacionais em larga escala. Ao mesmo tempo, esses serviços devem ser capazes de prover sua logística interna de instrumentos que possam garantir ao conjunto de seus operadores maior economicidade para os negócios e aos consumidores, sobretudo, a oferta qualitativa e regular dos produtos.

Além desses desafios de conceito e de gestão operacional, as CEASAS deverão alargar seus horizontes institucionais buscando interagir de forma mais ampliada no contexto do abastecimento. Isto significa que, além do protocolo convencional de gestão operacional de mercado, elas devem assumir uma postura institucional voltada para o complexo da cadeia produtiva e das políticas sociais.

O recente diagnóstico sobre as CEASAS brasileiras apresentado pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT – MAPA/CONAB sinaliza para estes caminhos. Ele deixa claro e procura orientar também para a necessidade de as CEASAS se adequarem às mudanças econômico-sociais em curso, especialmente aos novos hábitos alimentares, ao crescimento da renda média nacional e seus impactos no consumo, às novas práticas comerciais e à importância cada vez mais presente da alimentação sadia.

A quinta década que se inicia deverá ser de mudanças e a ABRACEN, que assumiu um papel importante de articulação das CEASAS no período pós-SINAC (sistema que integrou as Ceasas até 1985), será o grande instrumento habilitado a comandar a mobilização destas mudanças nas relações com todas as esferas de governo, com as representações empresariais e não governamentais, bem como internalizar conhecimentos técnicos e científicos.

Além do PROHORT, alguns outros avanços liderados pela ABRACEN e pelos seus parceiros já se fazem presentes, especialmente na esfera político-institucional como a modelagem do Projeto de uma Lei Específica de Gestão para as CEASAS, a mobilização para constituição da Frente Parlamentar de defesa das CEASAS no universo do Congresso Nacional e a formalização do Intercâmbio Técnico com alguns Mercados Europeus.

Não menos importante é que ela desenvolva também um ciclo de aproximação com os fóruns representativos da sociedade que tratam das questões do abastecimento e da segurança alimentar, especialmente com o CONSEA e materialize o intercâmbio cooperativo com os organismos internacionais a exemplo da WUWM, da

FLAMA, do MERCOSUL e da FAO.

Com a Abracen cada vez mais instrumentalizada, reconhecida e fortalecida, com certeza, ela irá ampliar também seu arco de parceiros no campo técnico/científico pela formulação de agendas de trabalho com as Universidades e com os Centros de Pesquisa e Fomento.

Toda esta nova abrangência irá proporcionar um enriquecimento das ideias e dos conceitos para gestão dos Mercados brasileiros dentro da nova visão estratégica que, adicionadas às diretrizes do PROHORT, deverão contribuir para que a ABRACEN possa viabilizar as mudanças de interesse do abastecimento alimentar nacional.

Todo este conjunto de fatores induz, portanto, a desafios mais ousados. O momento de mudanças é este, mas é fundamental que seja respeitado o tempo de cada uma. Só assim será possível obter a sustentabilidade necessária para novas conquistas!

JOÃO DOS COCOS
DESDE 1970

água de coco em lata, coco seco e ralado, amendoim torrado e moído, rapadura, pé de moleque, leite em pó, açúcar cristal e refinada e embalagens em geral

(31) 3394-2711 / 3394-2402

BR 040 - Km 688 - Pavilhão F - Box 1, 2, 17 e 18
Ceasa - Minas Gerais - joaodoscocos@terra.com.br



NOVAS CEASAS

BUSCAM REORGANIZAR ABASTECIMENTO E FORTALECER PRODUÇÃO LOCAL

AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO, SOBRETUDO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, É UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DOS NOVOS ENTREPÓS

POR CINTHIA LOPES

O Brasil vem testemunhando o maior movimento de criação de novas Ceasas desde o início da década de 70. Do segundo semestre do ano passado até março de 2010, já são sete entrepostos e um mercado do produtor inaugurados ou em construção nas cinco regiões do país. São as unidades de Colatina e São Mateus (ES), Umuarama (PR), Barbalha (CE), Mossoró (RN), Rio Branco (AC), Cuiabá (MT) e Boa Vista (RR).

No Acre, a Ceasa Acre passou a operar em 1º de março dentro de uma área total de 10,8 hectares (108 mil m²). A estrutura da central está dividida em um pavilhão de 4.898 m² com 30 boxes de 28 m² cada voltados para empresas e 130 módulos de 4,2 m² cada, para ocupação de produtores rurais. Já existem seiscentos produtores cadastrados, com proposta de expansão para mil. A obra exigiu investimentos de cerca de R\$ 9 milhões, repassados pelo Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Prefeitura Municipal.

A previsão é de que a Ceasa Acre opere até o fim de março com 39 empresas. Dessas, dez foram escolhidas por licitação no mês de fevereiro. As outras 20 empresas atacadistas foram transferidas da região central, com base na lei municipal 1.779 de 2009, que autorizou a dispensa de licitação para os atacadistas de hortigranjeiros já existentes. Segundo o presidente da Ceasa Acre, Sérgio Lopes, a lei visou a garantir o interesse público ligado à organização do abastecimento local.

A gestão da Ceasa Acre é municipal, sob a responsabilidade do Departamento de Abastecimento e Comércio da Ceasa. A estimativa é de que a nova central gere 150 empregos diretos e até 350 indiretos, sem contar os 33 funcionários da gestão da Ceasa. Entre os produtos ofertados pela unidade, estão exemplos típicos do agroextrativismo da região amazônica como cupuaçu, açaí e buriti.

Mato Grosso

O estado do Mato Grosso implantou neste mês de março o galpão da Central Livre de Agricultura Familiar, considerado o primeiro passo para a criação da Ceasa no estado. A Central é um espaço para a comercialização de 4.500 produtores de 14 municípios do entorno da capital Cuiabá. Com o novo espaço, a expectativa é de que os agricultores ampliem suas opções de mercado, criando novas oportunidades de emprego e renda nas áreas produtoras.

Com uma proposta que visa a reestruturar o abastecimento no estado, a central funciona de modo similar aos Mercados Livres do Produtor (MLP), mas é administrada por uma cooperativa de agricultores. Toda a destinação dos recursos encaminhados pela Secretaria do Desenvolvimento Rural (Seder) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é discutida e aprovada pela cooperativa. O MDA e a Seder foram responsáveis pelo investimento de R\$ 3,8 milhões nas obras da nova central.

A Central está localizada no município de Várzea Grande, Região Metropolitana de Cuiabá, ocupando área total de cinco hectares. No entorno da Central será construída

a Ceasa-MT, que ocupará 45 hectares (450 mil m²). A proposta é transferir os comerciantes do Terminal Atacadista do Verdão, área de comércio situada na região central de Cuiabá, para a futura Ceasa-MT após conclusão das obras.

De acordo com o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Santo Antônio da Fartura, Paulo Rodrigues Galvão, a implantação da Ceasa oferecerá uma garantia de produção e de venda e é um investimento seguro. “A nossa expectativa é de produzir bem, vender bem e diminuir os custos do produtor. Com a criação da central de abastecimento teremos mais apoio da SEDER e vamos diminuir a entrada de produtos de outros estados.

A criação de um novo espaço para o produtor abrirá caminho para aumentar o volume de produção do território do Vale do Rio Cuiabá, a área que possui tradição e potencial para a produção de hortifrúteis. Mato Grosso atualmente importa cerca de 65% de frutas e hortaliças de estados como São Paulo e Minas Gerais. No período de chuvas a dependência de outros estados é ainda maior por causa das dificuldades de produção.

Ceasa Mossoró (RN)

Área: 13 mil m²

Pavilhões: 2

Previsão de inauguração: *em obras*

Investimento: R\$ 1,5 milhões

Gestão: *estadual*



Ceasa Cariri (CE)

Será instalada no município de Barbalha (CE)

Área: 90 mil m²

Numero de produtores cadastrados: *previsão de 300 a 400*

Número de empresas previstas: *68 entre permanentes e não permanentes*

Municípios atendidos: 33

Pavilhões: 6

Investimento: 10 milhões

Previsão de início: *segundo semestre de 2010*

Gestão: *Ceasa Ceará (estadual)*



Ceasa São Mateus (ES)

Área: 30 mil m²
 Previsão de início operacional 2/jun/2010
 Investimento: R\$ 2,5 milhões
 Gestão: governo do estado e município

**Ceasa Colatina (ES)**

Em funcionamento desde 3/dez/2009
 Área: 28,4 mil m²
 Numero de produtores cadastrados: 53
 Número de empresas: 16
 Municípios atendidos: 18
 Investimento: R\$ 2,2 milhões
 Gestão: consórcio intermunicipal

**Ceasa Umuarama (PR)**

Mercado passará a ser gerido pela Ceasa PR
 Área: 12 mil m²
 Gestão: municipal

**Ceasa Boa Vista (RR)**

Área: 1,8 mil m²
 Investimento: R\$ 1,07 milhão
 Gestão: municipal
 Previsão de conclusão das obras: maio de 2010

**Ceasa Rio Branco (AC)**

Em funcionamento desde o dia 1/3/10
 Área: 10,79 hectares
 Numero de produtores já cadastrados: 600
 Número de empresas previstas: 39
 Municípios compradores:
 Investimento: R\$ 9 milhões
 Gestão: municipal

**Central Livre de Agricultura Familiar de Cuiabá (MT)**

Área: 108 mil m²
 Investimento: aproximadamente R\$ 9 milhões
 Gestão: estadual
 Funcionamento: desde março deste ano



CEASA PERNAMBUCO PREVÊ REVITALIZAÇÃO

AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE EMBALAGENS É OUTRA DAS METAS PARA 2010 PARA O ENTREPOSTO DE RECIFE*

O presidente do Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco-Ceasa-PE/OS, Romero Pontual, tem como principal meta para 2010 a execução de dois projetos que vêm sendo trabalhados desde o ano passado: a consolidação da Central de Embalagens e revitalização do entreposto mais importante do Norte e Nordeste.

“Começamos a implantação da Central de Embalagens praticamente no final do ano passado e hoje estamos no patamar de 20%, mas a nossa programação determina que cheguemos aos 100% até o final do primeiro semestre”, afirma. Romero Pontual lembra a parceria que a Ceasa-PE mantém com a Central de Abastecimento de Caruaru (PE)-Ceaca, com a finalidade de implantar uma Central de

Embalagens naquela central, segunda mais importante de Pernambuco.

De acordo com Romero Pontual, foram definidos os entendimentos com o presidente da Ceasa, Marcos Cazé e o prefeito de Caruaru, José Queiroz de Lima, e ainda em abril será iniciado o processo de implantação da Central de Embalagens da Ceasa da “Capital do Agreste”, como é conhecida a cidade de Caruaru.

Revitalização

Quanto ao projeto de Repaginação da Ceasa-PE, o presidente Romero Pontual afirma que se trata de um trabalho de muita importância para a central pioneira do Brasil. Os investimentos são da ordem de 12 milhões de reais, sendo cerca de R\$ 9,5 milhões repassados pelo governo do estado, e o restante da pró-

pria Ceasa. O projeto beneficiará os 34 galpões, no total de mais de mil metros quadrados.

“Basta dizer que vamos realizar ações que mudarão substancialmente o visual das edificações existentes, além da construção de novos galpões, ampliação das áreas de estacionamento e o redirecionamento do trânsito, facilitando a circulação de veículos e a movimentação dos trabalhadores, comerciantes e usuários. “Trata-se de um projeto que não mudará apenas a estética e a melhoria do visual da central, mas trará amplos benefícios a todos os que convivem diariamente com milhares de pessoas dentro da Ceasa-PE, assegurou. A melhoria da fluidez do trânsito é considerada outro desafio da estatal, que recebe por dia de mercado mais de 30 mil pessoas.

CEREAIS DIVERSIFICAM ENTREPOSTO

A oferta da Ceasa-PE em 2009, com relação a 2008 manteve-se estável, com oscilação positiva em torno de 1,5%, passando a média mensal de 70,2 para 71,3 mil toneladas. Todavia, remetendo-se a períodos anteriores, 2006/2009, a leitura dos resultados evidencia a taxa média de crescimento anual de 10,31%. O fato pode ser creditado à consolidação do polo de cereais e à ampliação do mix de negócios, incrementado no início da atual gestão.

Neste instante, há um saturamento de espaços comerciais em detrimento do crescimento do agronegócio, já que o enfoque

moderno do termo considera como agribusiness todas as empresas que produzem, processam e distribuem produtos *agropecuários*.

Do ponto de vista comercial, entretanto, os valores circulantes chegam à casa de R\$ 1,3 bilhão/ano, ou seja, R\$ 112,5 milhões/mês, o que representa expansão de aproximadamente 20%. Ressalte-se que a participação do polo de cereais já representa 40% dos valores circulantes no mercado, o que justifica a expansão de valores.



Ceasa PE / Divulgação

Entrepósito de Recife movimentou, em 2009, R\$ 1,3 bilhão, sendo considerado o mais importante mercado das regiões Norte e Nordeste

Aliando Tecnologia E Sustentabilidade

A CEASA-PE/O.S. incorporou a preservação ambiental no seu planejamento socioeconômico. Dentro dessa diretriz, foram traçadas as seguintes linhas de ação:

Produtos orgânicos na cesta

Implantou em março de 2008 a feira de produtos orgânicos, programa que busca o fortalecimento da agricultura familiar e contribui para o desenvolvimento de um sistema de produção ecologicamente correto. Neste segundo ano de funcionamento a oferta cresceu 20%, chegando à média de três toneladas/semana. Apesar de a feira ser realizada às quartas-feiras, a frequência do público já ultrapassa a casa das 250 famílias. Sistemáticamente são colhidas amostras no local da feira e encaminhadas para o ITEP – Instituto Tecnológico de Pernambuco.

Projeto Gestão de Resíduos

A Ceasa PE vem investindo no Projeto Gestão de Resíduos, iniciado no ano passado. No entreposto, chegam a ser descartadas mensalmente cerca de 800 t de resíduos orgânicos e inorgânicos. Dessa forma, uma empresa especializada em tratamento ambiental foi

contratada para coleta e transformação do lixo orgânico em composto orgânico para ser aplicado como adubo, mediante o processo de compostagem, podendo este composto ser utilizado em hortas e jardins, servindo de nutriente para plantas. Com relação ao lixo inorgânico produzido por meios não naturais, como plásticos, papelão, papel, produtos de metal, vidro, etc., são coletadas e tratadas diariamente 25 toneladas.

Hortas comunitárias

Com o objetivo de fornecer informações sobre a maneira de conduzir uma horta dentro dos princípios básicos de produção, integrar a comunidade no meio em que vive, valorizar o espírito comunitário, a Ceasa, em parceria com o SINDFRUTAS, implantou em abril/09 o Projeto Hortas Comunitárias, incentivando a produção de agricultores periurbanos em terras de propriedade da União localizadas no entorno do Entrepósito. No total, o projeto tem inscritos 90 agricultores. O acompanhamento é realizado semanalmente pelos participantes do Projeto e a produção é vendida, com isenção de tarifa, na própria CEASA.





Controle do uso de agrotóxicos

Em cumprimento ao TAC Conjunto nº 01/08 (firmado entre o MP e a CEASA-PE/OS), por intermédio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária/ADAGRO, estão sendo realizadas coletas mensais de vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos em nível de atacado, e em nível de varejo, na feira de orgânicos.

Os trabalhos foram iniciados em abril/08. As amostras são coletadas sistematicamente e encaminhadas ao ITEP – Instituto Tecnológico de Pernambuco para análise. No caso de resultado insatisfatório, os técnicos fazem o rastreamento dos agricultores na zona produtora e impedem a entrada no Entrepósito do produto contaminado, até que o problema seja efetivamente sanado.



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (NÚMEROS DA CEASA)

ANO	2008	2009	VARIAÇÃO
Volume total	201.340	195.223	(3,04)
Média mês	16.778	16.269	

VOLUME COMERCIALIZADO (T)

ANO	2008	2009	VARIAÇÃO
Volume total	841.940	855.101	1,56
Média mês	70.162	71.258	

VALOR COMERCIALIZADO (R\$1.000,00)

ANO	2008	2009	VARIAÇÃO
Volume total	1.128.825	1.349.723	19,57
Média mês	94.066	112.477	

NÚMERO DE USUÁRIOS

USUÁRIOS	QUANTIDADE
Produtores	400
Comerciantes	1.330
Carregadores	400

ORIGEM E PROCEDÊNCIA DOS PRODUTOS

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	
Ofertantes (principais)	128
Compradores	S/informação



MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS DE CARGA (UNIDADES)

Área total	58ha
Área construída	101.000 m ²
Permissionários fixos	1.330
Permissionários não fixos	350
Galpões de comercialização	34
Instituições financeiras (bancos)	03
Media de comercialização mês	71.000 t
Valor médio comercializado mês	112 milhões de reais
Quantidade de resíduos	800 t/ mês
Índice de perdas – média	2%
Veículos carregados	16.200/mês
Movimentação de veículos particulares	11.000/dia
Fluxo de pessoas	31.000/dia
Geração de empregos (estimativa)	36 mil (diretos e indiretos)
Taxa de crescimento anual (2006/09)	10,31%

UNIDADES DO ESTADO:

- Além da CEASA-PE/O.S., há alguns Centros de Abastecimento vinculados aos municípios:
- CEASA Vitória de Santo Antão (CEAVI) localizado na Zona da Mata
- CEASA Caruaru (CEACA) localizado no Agreste Setentrional
- CEASA Salgueiro - Sertão Central
- CEASA Garanhuns (CEAGA) Agreste Meridional

Embalagens Klabin. Feitas sob medida para suas necessidades.

Desenvolvidas de acordo com as necessidades de cada cliente, as embalagens Klabin mantêm a qualidade dos produtos, minimizando desperdícios. Certificadas pelo FSC, além de recicláveis, elas são adequadas ao contato com alimentos e atendem à legislação brasileira para o setor, de acordo com a Instrução Normativa nº 9, que estabelece as regras para embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura. Com excelente qualidade de impressão, que identifica a fruta e o fornecedor, e resistentes a altas umidades e baixas temperaturas, as embalagens Klabin chegam ao ponto de venda em excelentes condições, podendo ir direto para a gôndola, funcionando como um verdadeiro display para seus produtos. **Prefira as embalagens Klabin.**



Uma nova estratégia para a **ÁREA SOCIAL**

CEASAMINAS CRIA INSTITUTO PARA
POTENCIALIZAR NOVAS PARCERIAS E
VIABILIZAR CAPTAÇÃO DE RECURSOS

POR ALESSANDRO CONEGUNDES
FOTOS CEASAMINAS / DIVULGAÇÃO

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais vêm contando desde agosto do ano passado com um novo instrumento para facilitar a captação de recursos e formalização de novas parcerias nos programas sociais: o Instituto CeasaMinas. Atualmente, o Instituto é responsável por articular projetos nas áreas de segurança alimentar, proteção à criança e ao adolescente, apoio aos catadores, qualificação profissional e inclusão digital.

Em novembro de 2009, a entidade conquistou a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Os-

cip). A Oscip é um título dado pelo governo federal a entidades sem fins lucrativos, que preenchem alguns requisitos como a promoção da assistência social e gratuita da educação e a segurança alimentar e nutricional.

O título de Oscip vem garantindo ao Instituto CeasaMinas maior autonomia, além de aumentar as possibilidades de parcerias com órgãos públicos e privados. Entre os projetos coordenados hoje pelo Instituto (veja quadro), estão o Banco Popular, o Telecentro Digital, o Prodal Banco de Alimentos, o Pequeno Jardineiro, o Escola Cidadã e o Rede que Vale.

COMO FUNCIONA CADA PROJETO NO ENTREPOSTO DE CONTAGEM

BANCO POPULAR DO BRASIL

Fruto de um convênio firmado entre o Instituto CeasaMinas e o Banco do Brasil, o mais recente dos projetos do Instituto, o Banco Popular atende em especial os usuários em situação de vulnerabilidade social, como pensionistas, carregadores, chapas entre outros. Realiza serviços diversos como pagamentos de contas e crédito consignado. Parte dos resultados financeiros obtida pelo Banco Popular vai contribuir para financiar os programas sociais articulados pelo Instituto.

TELECENTRO DIGITAL

O Telecentro foi instalado em 2004 mas passou em 2009 por uma revitalização. O projeto atende gratuitamente diferentes públicos, entre carregadores, chapas, catadores de materiais recicláveis e moradores de bairros próximos ao entreposto de Contagem. Os cursos são compostos pelos módulos de Inclusão Digital, Básico e Intermediário.

PRODAL BANCO DE ALIMENTOS

Para este ano está prevista a ampliação do Prodal do entreposto de Contagem e construção de um Banco de Alimentos para a unidade da CeasaMinas-Uberlândia. Para as obras, estão previstos recursos de R\$1,07 milhão de reais do convênio da estatal com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo assessoria da Diretoria Técnico-Operacional da CeasaMinas, a documentação está pronta para assinatura do convênio.





O Banco de Alimentos foi inaugurado em 2007, como uma expansão do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodal), criado em 2002. Ao chegar à sede do projeto, as doações são selecionadas, higienizadas, e, em alguns casos, minimamente processadas e embaladas a vácuo, a fim de aumentar o aproveitamento dos alimentos. A equipe do programa começou a testar nova máquina de produção de polpas, o que deve permitir mais uma alternativa de aproveitamento das doações. São atendidas em média por mês 170 instituições filantrópicas diretamente cadastradas. Considerando-se também o público das entidades redistribuidoras, como o Mesa Minas, Mesa Brasil e os Bancos de Alimentos de prefeituras, o Prodal beneficia cerca de 70 mil pessoas.

PEQUENO JARDINEIRO

O projeto Pequeno Jardineiro existe desde 2002 e conta com a atividade de adolescentes do sexo masculino, com idade entre 15 e 17 anos, de famílias de baixa renda, com frequência escolar regular. O projeto alia experiência e qualificação profissional em jardinagem e formação cidadã.

REDE QUE VALE

O Rede que Vale é um projeto de qualificação e inserção profissional implantado em 2009. Através dele são atendidos adolescentes em busca do primeiro emprego e candidatos que procuram recolocação no mercado de trabalho. Em 2009 o projeto atendeu 130 adolescentes que foram encaminhados para o emprego. Para 2010, foi firmada a meta de se conseguir o encaminhamento de 200 adolescentes.

O projeto Rede que Vale é dividido em etapas, todas realizadas no entreposto de Contagem. Primeiro o candidato faz um cadastro e depois, na segunda etapa, o candidato responde a um questionário que visa a elaborar o perfil detalhado. Na terceira etapa, o interessado participa do curso de orientação profissional prática. Por fim, é feita entrevista individual que simula um processo de recrutamento. Sendo aprovado, o candidato passará a integrar um Banco de Talentos. Caso o interessado se enquadre no perfil de alguma vaga disponibilizada, o encaminhamento será feito para as empresas sem custos para os lojistas.

ESCOLA CEASA CIDADÃ

Este projeto atende principalmente chapas, carregadores e a comunidade do entorno do entreposto de Contagem, oferecendo alfabetização e ensino fundamental para jovens e adultos. A Escola Ceasa Cidadã conta com o apoio da CeasaMinas, que proporciona ao projeto infraestrutura, material de consumo, parte do material pedagógico e curso de informática. O projeto tem a parceria da Associação dos Carregadores e Chapas e da Prefeitura de Contagem.

ADOLESCENTE APRENDIZ

Hoje com 11 adolescentes, o projeto prepara os jovens proporcionando-lhes formação teórica e prática no setor administrativo da CeasaMinas.

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES

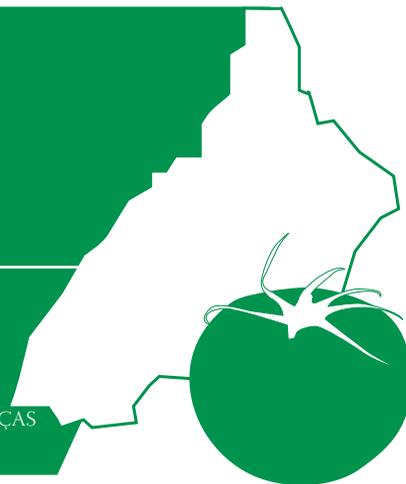
O papel, plástico e papelão descartados pelo entreposto de Contagem viram emprego e renda nas mãos dos trabalhadores da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem (Asmac). Os catadores realizam a coleta e destinação do material para reciclagem. A pesagem do material é realizada em uma área de apoio reservada pela CeasaMinas para a Asmac.



ALMERÍA, A Horta Da Europa

ALTIVO ROBERTO DE ALMEIDA CUNHA • altivo.cunha@gmail.com
CONSULTOR PNUD (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS)

GUSTAVO COSTA DE ALMEIDA • gustavo@ceasaminas.com.br
ENGENHEIRO AGRÔNOMO MESTRE EM FISIOLÓGIA PÓS-COLHEITA DE FRUTAS E HORTALIÇAS
DA CEASAMINAS • CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DA CEASAMINAS



Localizada na região autônoma da Andaluzia, região meridional da Espanha, Almería é uma cidade costeira com cerca de 190 mil habitantes. A região é conhecida como “Mar de Plástico” devido à extensa estrutura de estufas (denominadas invernaderos) que ocupam cerca de 26.800 hectares na região, conduzidas por cerca de 60.000 produtores familiares.

Os principais produtos hortícolas são tomate, pepino, pimentão, berinjela, abobrinha, melancia, melão, e outras frutas, com produção agregada na casa de 2,9 milhões de toneladas/ano e faturamento global na casa dos 2 bilhões de euros em 2007.

O sistema de invernaderos permite o cultivo exclusivamente durante o inverno europeu, com a produção se estendendo de novembro a junho, o que garante a exportação de diferentes produtos para diversos países europeus na época do frio.

Cerca de 50% dos produtores são cooperados e adotam rígidos protocolos de rastreabilidade, qualidade, controle da produção e classificação. No aspecto de organização da produção, existem cerca de 50 cooperativas abarcando 50% dos produtores. Embora seja um número relevante, indica que a tradição cooperativista ainda está se difundindo na região (em contraste, por exemplo, com os sistemas holandês e alemão), até pelo tempo de implantação deste modelo produtivo (iniciado em torno de 30 anos).

Além da comercialização dos hortícolas dos produtores cooperados via cooperativa, existe o modelo Subasta. Embora a estrutura espanhola de comércio atacadista seja bastante ampla e eficiente, expressa na rede de mercados coadministradas pela Mercasa, o sistema de comercialização da produção de hortícolas em Almería não passa por centrais atacadistas (nem sequer existe tal estrutura na região).

O mecanismo típico da comercialização não cooperada se dá nos centros comerciais de “subasta” (pronuncia-se chuvasta), onde ocorre um modelo de comercialização em leilão do tipo veilling, ou leilão holandês, característico da região andaluza e da tradição comercial árabe.

Atualmente existem, segundo declarações apuradas, cerca de seis grandes estruturas comerciais privadas de subasta na região de Almería, responsáveis pela comercialização de cerca de 50% da produção regional de hortícolas. Trata-se de uma estrutura logística de armazéns, a onde o produtor leva sua produção, já previamente selecionada e submetida a uma primeira classificação, acondicionada em caixas plásticas para exposição. Os lotes

(pesados na entrada) são expostos e avaliados pelos compradores. Em horários fixos inicia-se o processo de compra no sistema de leilão holandês, em que o lote é posto a venda com a cotação fixada por um monitor eletrônico em um patamar elevado de euro por quilograma.

Os compradores cadastrados se sentam em frente a mesas numeradas dotadas de um botão eletrônico para fazer os lances. Iniciado o processo, o preço de referência vai abaixando rapidamente até que um comprador dá o lance eletrônico e o placar para. Este comprador terá o direito de escolher o produto que deseja, na quantidade que quiser, após o fim da sessão de leilão. Ou seja, tem a prioridade da escolha da qualidade, mediante um preço mais elevado. Em seguida, o placar de preço volta a funcionar, com preço novamente em queda, até que um segundo comprador dê o seu lance e o placar pare novamente. Este adquire assim o direito de ser o segundo a escolher o produto.

Com uma visão crítica do modelo subasta, que arrecada 10% da comercialização, a cooperativa cobra a taxa de administração de 7% mais 1% de seguro, mas possibilita que os cooperados se beneficiem dos ganhos comerciais da venda dos produtos. Seja qual for a forma em que a fruta ou hortaliça será comercializada, via cooperativa ou subasta, em todo o processo produtivo é aplicada moderna tecnologia de produção.

Da mesma forma o beneficiamento dos hortícolas é processado respeitando-se os exigentes padrões de qualidade europeus no que diz respeito a qualidade (englobam peso, cor, tamanho, forma, odor, firmeza, ausência de resíduos químicos, físicos e biológicos prejudiciais ao consumidor) e rastreabilidade.

Atualmente, o foco destes profissionais do agronegócio espanhol está na busca da agregação de valor aos produtos, pelo seu processamento, e no desbravamento de novos mercados, como Estados Unidos, Canadá e Leste Europeu.

AGRADECIMENTOS

- Embaixada Espanhola
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CeasaMinas
- Associação Brasileiras das Centrais de Abastecimento - ABRACEN
- Programa Nacional de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD

Quanto custa para Implantar um novo

SISTEMA NACIONAL DE CEASAS?



IVENS ROBERTO DE ARAÚJO MOURÃO

ENGENHEIRO CIVIL E ESPECIALISTA EM PROJETO, CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE CEASAS

Os dois primeiros entrepostos atacadistas de hortaliças e frutas são da década de sessenta. Foram implantados em São Paulo, pelo governo paulista, e em Recife, pela Sudene. Na década seguinte o Governo Federal, através da Cobal, implantou um sistema nacional com 21 empresas. As Ceasas, portanto, são ou serão quarentonas na década atual.

Em 1988, numa decisão equivocada, o governo federal desmontou o sistema, abandonando-o à própria sorte. Algumas Ceasas evoluíram, outras estagnaram e a maioria regrediu. Nesse processo, algumas foram fundidas com outros órgãos estaduais, duas foram doadas aos permissionários e uma extinta.

A perda na melhoria técnica/operacional do conjunto foi flagrante, pois deixou de haver um "pensar grande" para o sistema, próprio de uma ação articuladora federal.

Um dos pontos mais sentidos foi a manutenção, ampliação ou construção de novas estruturas. Em grande parte, nos últimos investimentos feitos, não se levou em conta a experiência adquirida e foram cometidos os mesmos erros das primeiras Centrais, quando a nossa experiência operacional era pequena.

Outro ponto negativo foi a cessão de áreas de expansão para terceiros, estrangulando os entrepostos. Por outro lado, os aglomerados urbanos cresceram, tornando a localização de vários deles um problema urbanístico e de trânsito.

Um exemplo típico é o entreposto do Ceagesp, na capital paulista. Chegar e sair da Central é uma dificuldade. Mas, dois outros problemas perturbam o mercado: a não existência de área para expansão e as seguidas inundações que atingem o entreposto.

Vale destacar o lado bom. Apesar de tudo, o mercado hortigranjeiro nacional cresceu e se firmou. Hoje, temos a comercialização, nos entrepostos brasileiros, de 17 bilhões de reais/ano de frutas e hortaliças in natura. Quando comparado com os 18 setores mais importantes da economia nacional o setor "Ceasa" seria primeiro colocado em 12 deles, segundo em três outros e quarto nos outros três. Pertence, portanto, ao "G4" da economia nacional.

Mais outro ponto positivo: as áreas de localização das Centrais cresceram em valorização. Não é absurdo afirmar que a venda dessas áreas, em muitas localidades, financiariam uma nova Ceasa. E com as vantagens de melhor localização, espaços para ampliações, condições de acrescentar a oferta de outros alimentos – não só os hortícolas – e no processo construtivo aplicar toda a experiência adquirida.

Quanto custaria esse novo Sistema? Consideremos 17 milhões de t/ano. Admitindo, também, pavilhões com boxes modulados em 50 m² e pedras moduladas em 4 m². Seriam necessários 382 galpões. O custo seria de 2,1 bilhões de reais. Mas essas novas Ceasas precisariam ter pavilhões para oferta de outros alimentos (grãos, carnes, peixes, ovos, alimentos industrializados) e produtos atípicos afins. Estimamos em mais 2,7 bilhões de reais. Ou seja, em torno de 5,0 bilhões de reais seria o quanto custaria o novo sistema nacional de Ceasas. Não é um valor absurdo para quem movimenta 17 bilhões de reais/ano.

Quais as fontes de recursos? O BNDES é uma opção. Ou incluir no PAC. Ainda outra opção: como investimento necessário para o país ser o anfitrião da Copa do Mundo e das Olimpíadas. E ainda, uma Parceria Pública Privada com o setor da construção civil ficando com as atuais áreas e construindo, em troca, os novos entrepostos.

Fica a sugestão para um debate.

CN 31,5 e CN 39: até 65% no retorno. Empilhe produtividade.



CN 31,5
Dimensões: 600 x 400 x 200mm
Indicada para bananas, pêssego, uva, mamão, etc.

CN 39
Dimensões: 600 x 400 x 240mm
Indicada para citrus em geral (laranja, limão) e outros, como tomate, cenoura, pepino, cebola, etc.



- Ambas possuem laterais e fundo vazado para agilizar o resfriamento e a ventilação;
- Maior proteção aos produtos hortícolas;
- Facilidade de higienização e desinfecção;
- Ecologicamente recicláveis;
- Produtos muito mais saudáveis.

Pisani
PLÁSTICOS

Caxias do Sul - RS - Fone: (54) 2101.8700 - FILIAL: Pindamonhangaba - SP

Novo site: www.pisani.ind.br

A Amis tem o mix ideal para sua empresa fazer mais e melhor com menos.



O mais completo evento Supermercadista do Brasil.

Revista
Gôndola

O melhor meio para falar com o
Trade Supermercadista.

SEVAR
SUPER ENCONTRO VAREJISTA

O evento certo para falar com o Trade
Supermercadista regional de Minas.



GESTÃO NOTA 10

Programas de treinamentos sob medida para iniciantes e profissionais do
setor Supermercadista.

AMIS
Associação Mineira de Supermercados
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Referência de defesa e assessoria do setor

**FILIE-SE À AMIS
E FORTALEÇA
SEU NEGÓCIO**



Serviços e produtos exclusivos
para tornar sua empresa mais
preparada e competitiva
para os desafios do setor.

III MINAS EXPOMIX

FÓRUM & EXPO DO SETOR ATACADISTA DISTRIBUIDOR
UBERLÂNDIA/MG 13 a 15/04 de 2010



CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO. GESTÃO ESTRATÉGICA PARA A SUSTENTABILIDADE.

O EVENTO QUE SE ENCAIXA COM SUA IDEIA DE CRESCER.

Este ano, o grande evento de distribuição traz um enfoque especial no varejo. As atrações são, além da feira com os maiores fornecedores do setor, palestras, rodada de negócios, debates e workshops, com destaque para o Fórum de Gestão Estratégica.

Serão milhares de itens em exposição, com todas as soluções e serviços disponíveis em um só lugar. Distribuidores, atacadistas, varejistas, indústrias e todos que participam da cadeia de abastecimento têm a oportunidade de realizar negócios, atualizar-se e desenvolver capacitações para o setor. Expomix 2010. Encaixe na sua agenda.

ÚLTIMOS ESTANDES À VENDA. www.ademig.com.br
ademig@ademig.com.br (31) 3247-6333 • 3285-1400

REALIZAÇÃO:



APOIO:



PROMOÇÃO:



PATROCÍNIO:

